

Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal

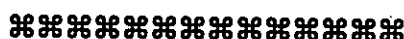
Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Antônio Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.



## ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 29, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2016
3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 30, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2016
4. REQ. N. 1905/16, DATADO DE 10/11/2016 – PC N.º 473/16, DATADO DE 10/11/2016 – ORLANDO MANUEL FERNANDES DUARTE, MANUEL DUARTE GRÁCIO E LÚCIA MARIA FERNANDES DUARTE
5. REQ. N. 1/17, DATADO DE 05/01/2017 – PC N.º 374/16, DATADO DE 12/09/2016 – PLASTIMAGO - TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS LDA

6. REQ. N. 2083/16, DATADO DE 13/12/2016 – PC N.º 399/15, DATADO DE 27/10/2015 – ANTÓNIO AUGUSTO AMARAL E MARIA CELESTE FERREIRA RIBEIRETE
7. REQ. N. 2056/16, DATADO DE 07/12/2016 – PC N.º 233/16, DATADO DE 16/06/2016 – DREAMELEMENT - UNIPESSOAL LDA.
8. REQ. N. 45/17, DATADO DE 13/01/2016 – PC N.º 492/16, DATADO DE 28/11/2016 – LUIS FILIPE SOBREIRA CALIXTO
9. REQ. N. 6/17, DATADO DE 05/01/2017 – PC N.º 173/09, DATADO DE 31/07/2009 – VIRGÍLIO DE JESUS LOURENÇO
10. REQ. N. 32/17, DATADO DE 11/01/2017 – PC N.º 373/16, DATADO DE 09/09/2016 – ARLETE PEREIRA MARQUES MOREIRA JORGE
11. REQ. N. 20/17, DATADO DE 06/01/2017 – PC N.º 32/15, DATADO DE 02/02/2015 – VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A.
12. REQ. N. 2135/16, DATADO DE 21/12/2016 – PC N.º 619/2016, DATADO DE 21/12/2016 – ANISABEL PEREIRA DA SILVA VIEIRA GOUVEIA
13. REQ. N. 1416/16, DATADO DE 19/08/2016 – PC N.º 122/16, DATADO DE 08/04/2016 – LINO GOMES PEDRO
14. REQ. N. 1654/15, DATADO DE 09/11/2015 – PC N.º 491/2015, DATADO DE 09/11/2015 – ADELAIDE MARIA FERREIRA SILVA FERNANDES
15. REQ. N. 1087/16, DATADO DE 29/06/2016 – PC N.º 303/2016, DATADO DE 29/06/2016 – CARLOS MANUEL RODRIGUES CRESPO
16. REQ. N. 1856/16, DATADO DE 03/11/2016 – PC N.º 527/2016, DATADO DE 03/11/2016 – VÍTOR MANUEL COELHO SOARES
17. REQ. N. 59/17, DATADO DE 16/01/2017 – PC N.º 29/2017, DATADO DE 16/01/2017 – MÓNICA ISABEL NEVES MOÇO
18. REQ. N. 1652/15, DATADO DE 09/11/2015 – PC N.º 489/2015, DATADO DE 09/11/2015 – MANUEL CARVALHO
19. REQ. N. 1696/15, DATADO DE 16/11/2015 – PC N.º 509/2015, DATADO DE 16/11/2015 – ANTÓNIO FLOR LOPES
20. REQ. N. 3/17, DATADO DE 05/01/2017 – PC N.º 509/2016, DATADO DE 20/10/2016 – ISABEL VITÓRIA ALCOBIA CAMANO GARCIA CAPELA

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

21. E/416/2017 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA
22. E/121/2017 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL-LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A
23. E/10558/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL-LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A – PLANO DE EXECUÇÃO DE REDES PARA O 1.º SEMESTRE DE 2017
24. REQ. N. 2175/16, DATADO DE 29/12/2016 – PC N.º 635/2016, DATADO DE 29/12/2016 – TECNIMOPLÁS - INDÚSTRIA TÉCNICA DE MOLDES, LDA.
25. RELATÓRIO FINAL DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE 2016
26. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
27. REVOGAÇÃO PARCIAL DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE JULHO DE 2016 - CEMITÉRIO MUNICIPAL-ABANDONO DE SEPULTURAS
28. AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS – AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCEPCIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI N.º 22/2015 DE 17 DE MARÇO E DO N.º 2 DO ART.º 6.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO AO DECRETO-LEI N.º 99/2015 DE 2 DE JUNHO
29. APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXOS DE CAIXA DA GERÊNCIA ANTERIOR, ANO DE 2016, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 2.6 - ESPECIFICIDADES DO TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DAS OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO POCAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO DECRETO - LEI N.º 54-A/99 DE 22 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL
30. "PROGRAMA DE INCENTIVOS AO EMPREGO E EMPREENDEDORISMO" – PROPOSTA APRESENTADA PELO SR.VEREADOR CARLOS LOGRADO
31. "PROGRAMA DE APOIO AO EMPREGO E EMPREENDEDORISMO NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE". – PROPOSTA APRESENTADA PELOS SRS. VEREADORES ALEXANDRA DENGUCHO, ANTÓNIO SANTOS, AURÉLIO FERREIRA E VÍTOR PEREIRA

32. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE FEVEREIRO E MARÇO DE 2017 NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.
33. ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NO MUSEU DO VIDRO – PVMG - PROJECTOS DE VIDA, COOPERATIVA SOCIAL, CULTURAL E LÚDICA SÉNIOR DA MARINHA GRANDE, CRL
34. REABILITAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E DE BEBIDAS DO JARDIM LUIS DE CAMÕES – CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2017. DELIBERAÇÃO INICIAL.
35. REABILITAÇÃO E PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO LARGO DA REPÚBLICA - VIEIRA DE LEIRIA - CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2016 – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS DOS TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES E TRABALHOS A MAIS, A PREÇOS ACORDADOS, APROVADOS EM 05/12/2016.
36. REQ. N. 49/17, DATADO DE 13/01/2017 – PC N.º 339/15, DATADO DE 21/09/2015 – MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA
37. REQ. N. 1995/16, DATADO DE 24/11/2016 – PC N.º 486/16, DATADO DE 24/11/2016 – MARISA ISABEL PIMENTA GOMES
38. REQ. N. 2145/16, DATADO DE 23/12/2016 – PC N.º 624/2016, DATADO DE 23/12/2016 – BOURBON AUTOMOTIVE PLASTICS MARINHA GRANDE, S.A.
39. ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO DE CANDIDATURAS PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL – 2017
40. ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO DE CANDIDATURAS PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL EM 2017 – CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE
41. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS – ÁREA CULTURAL
42. CANDIDATURAS PARA APOIO OU BENEFÍCIOS A CONCEDER A ENTIDADES DESPORTIVAS - ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO DE CANDIDATURAS RELATIVAS A 2017
43. CANDIDATURAS PARA APOIO OU BENEFÍCIOS A CONCEDER A ENTIDADES DESPORTIVAS RELATIVAS A 2017 – AUDIÊNCIA PRÉVIA

- [illegible]

## Página 6 de 82



### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e disse o seguinte:**

- ⇒ Na sua intervenção vai falar dos munícipes e dos assuntos da terra.
- ⇒ Deu os parabéns ao Dr. Almeida Gomes pelo investimento que faz no concelho. Também não gosta de ver o lixo junto ao Hotel. Em relação ao projeto, também pode contar com a sua sensibilidade para a aprovação. Em relação à divulgação do arroz de marisco também aqui tem falado sobre a sua falta de promoção, e já que a Câmara não o faz pois que o faça o próprio empresário no Hotel.
- ⇒ Galeria da Vieira – merece a pena ser vista, é uma obra que foi feita com o seu voto de apoio e por isso sente-se orgulhoso. Mas quer mais do que isto. Quer o saneamento, o mercado, a piscina, o turismo. Como diz o Pedro Abrunhosa “vamos fazer o que ainda não foi feito”. É preciso fazer muito mais.
- ⇒ Por se lembrar do espetáculo do artista, lembrou que tem que se arranjar um sistema como o do Teatro de Leiria para aquisição digital dos bilhetes da Casa da Cultura.
- ⇒ Terminou referindo que tudo o que for para obras em prol da comunidade marinhense e da Marinha Grande terá o seu voto. A sua política não é tapar buracos, é fazer obra para todos.

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e disse o seguinte:**

- ⇒ A intervenção do Dr. Almeida Gomes é pertinente, não só por causa do lixo mas pela promoção turística, que defende há muito tempo.
- ⇒ Sobre a intervenção do Sr. Andrade, relativa aos invisuais, perguntou se já foram tomadas algumas medidas para as questões aqui colocadas.
- ⇒ TUMG – passa às 13:23 h frente à Escola Calazans, e os alunos só saem às 13:30 h, e por isso perdem o autocarro. Pede que se articulem os horários.
- ⇒ Rotunda do Vidreiro e Avenida – as luzes estão a desligar muito cedo, às 7:15 h já estão apagadas e ainda está muito escuro.
- ⇒ Cães – continua a ver os cães na zona do Bambi e na Ponte Nova e continua a ouvir relatos da presença deles na malha urbana da Marinha Grande. Há pessoas, muitas delas turistas, a fugir da mata e da zona do farol com as crianças. É um problema que urge resolver porque também tem a ver com o turismo.
- ⇒ Cafeteria d'Arte – que resposta foi dada à carta de 2015? Foi dada resposta? Se não foi, porquê? E se foi, qual foi?

**O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e disse o seguinte:**

- ⇒ Requereu resposta às perguntas feitas ao Sr. Presidente e ainda não respondidas sobre património.
- ⇒ Agradeceu ao Sr. Presidente e à Dr.ª Tereza Coelho por ter ido prestar declarações à Polícia Judiciária, por declarações proferidas aqui nesta mesa, no exercício da democracia e em cumprimento do mandato dos eleitores que o elegeram. Vai enviar ao Sr. Presidente uma lista com os elementos que quer que entrem na Polícia Judiciária e que são as obras faraónicas.  
Também quer prestar declarações aos inspetores, se ainda aqui estiverem na Câmara.  
Quer saber quais foram todas as informações que essa comissão de fiscalização pediu à Câmara, porque também é Câmara.
- ⇒ Autarcas do Pinhal Litoral – representou o Sr. Presidente nesta reunião, e ficou decidido fazer uma reunião em setembro ou outubro de 2016. A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal de Loures pediu informação sobre se a reunião se realizava ou não, não respondeu diretamente, tendo encaminhado para o Sr. Presidente, pelo que pergunta se já foi dada resposta e qual.
- ⇒ Associação na Praia da Vieira, para planejar as atividades de turismo de verão, à semelhança da PROTUR, em S. Pedro de Moel, no âmbito do PEM – como deixou de estar no PEM, gostaria de saber a situação deste projeto, que nas duas reuniões em que participou mobilizou muitas pessoas.
- ⇒ Perguntou: já há plano de atividades para a época balnear 2017? Quais? Se há, têm que se divulgar e promover nacional e internacionalmente. Terminou o tempo em que se planeava “em cima do joelho”. Hoje o executivo tem estabilidade, um orçamento aprovado, e por isso deve fazer todo o planeamento atempadamente. A época balnear deve ser feita com pelo menos 4 meses de antecedência, senão não tem qualquer efeito.
- ⇒ Habitação social – quando terminam as obras das 20 casas?
- ⇒ Fluxos de caixa – cumprimentou o executivo por já estarem aqui hoje na reunião, o que lhe permite ter todas as ferramentas para executar as obras.
- ⇒ Revisão – como está a preparação da revisão ao orçamento de 2017? Lembrou que deverá ser aprovada em março.
- ⇒ Promoção do turismo – mostrou, como exemplo, o jornal com a promoção feita por outros municípios.

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes, e tendo em conta que enviou a sua intervenção por escrito, passa-se a reproduzir o seu conteúdo:**

1. *Sobre a intervenção do munícipe Almeida Gomes referi que o projeto de desenvolvimento económico, é bem-vindo, deve ser analisado pela Câmara, avaliar do interesse económico-social para o concelho, e decidir o que se pretende fazer. Sobre a promoção do concelho referi que temos de definir a estratégia para o*

*turismo no concelho. Já quanto aos caixotes do lixo, sugeri as "ilhas ecológicas", como existem nos municípios algarvios.*

*2. Pessoas com deficiência (mobilidade reduzida/condicionada)*

*Na reunião passada ficámos a saber que o executivo permanente está a preparar para este ano "a semana da pessoa com deficiência". Lamentei então que nunca tenhamos dado importância ao dia 3 de dezembro que foi a data comemorativa promovida pelas Nações Unidas. Mas para além disso, era mais importante que agíssemos, tomássemos atitudes na defesa da dignidade, dos direitos e do bem-estar das pessoas com deficiência, de modo a integra-las na vida social, económica, política e cultural da cidade. Vem isto a propósito da pouca preocupação deste executivo com as condições de acesso às pessoas com deficiência. Senão vejamos alguns exemplos: conservatórias do registo civil, comercial e predial; passeios com ondulações para os carros, em vez de serem planos para os peões e especialmente aos que têm mobilidade reduzida; obstáculos nos passeios; acesso à galeria municipal da Marinha Grande sem elevador e as escadas não têm corrimão; em dois anos consecutivos houve um projeto no âmbito do orçamento participativo para colocar sinais sonoros nos semáforos e a Câmara omitiu; uma pessoa com deficiência não pode assistir às reuniões de Câmara.*

*Muito mais do que fazer uma semana da deficiência, é preciso atuar, executar ações que efetivamente criem melhores condições de mobilidade.*

- 3. Um munícipe alertou-me para o entulho que está a meio da Rua António Lopes de Almeida. Para além do lixo e da bicharada é uma rua central da Marinha Grande, tem de haver uma solução para aquilo.*
- 4. Outro munícipe alertou-me para os arruamentos que circundam as instalações do Lar da Santa Casa nas Vergieiras, ou seja, na Urbanização Marinha Nova. Estão ao abandono, principalmente os terrenos envolventes aos prédios. Têm alto arvoredado e cheios de matagal. Os moradores e proprietários dizem que manifestaram por escrito junto da Câmara Municipal, Proteção Civil, Bombeiros, PSP, Delegação de Saúde e Junta de Freguesia, mas não obtiveram qualquer resposta. Os terrenos estão num estado lastimoso, com lixo, cobras, ratazanas, e dentro de um mês vai aparecer a lagarta do pinheiro, como todos os anos. Dizem os munícipes que esta zona da urbanização está desprezada, e se percorrermos toda a urbanização podemos verificar as diferenças que existem, nomeadamente junto da Escola Nery Capucho e recentemente nos terrenos que foram o estaleiro do Soprem. O que pensa fazer o executivo?*
- 5. Os munícipes que vivem à beira do Lidl e da BA, reclamavam que tinham à porta um parque de estacionamento TIR. Agora dizem que têm um terminal de autocarros. Isto porque uns autocarros amarelos, vermelhos, pertencentes à empresa subcontratada pela TUMG estacionam por ali. Isto é para ficar assim?*

*6. Pedido das pessoas de Picassinos. Se é possível colocar um painel de necrologia em Picassinos. A sugestão dos picassinenses é que seja colocado junto à sede."*

**O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e disse o seguinte:**

- ⇒ Comemorações do 18 de janeiro – não vê mal em que a Câmara também se associe a elas e que possa conciliar com o STIV e com os vidreiros, para fazer um grande dia para a Marinha Grande. O que não vê bem é o que foi feito este ano: o STIV fez o habitual e a Câmara fez umas coisas, e uma delas foi trazer o Secretário-Geral da UGT, que não teve nada que ver com a data do 18 de janeiro. Isto devia ter sido visto pela Sr.ª Vereadora com o STIV.
- ⇒ Apoio à Comeira – foi ao almoço e soube que a Câmara tinha dado um apoio de pouco mais de 900€. Quando ainda era Vereador com o pelouro tinha proposto um apoio de 10.000€ e agora a Comeira só recebeu 980€. Foi procurar e não encontrou a deliberação que lhe retirou o restante dinheiro, por isso questiona como é que isto foi feito. Se a Câmara decide uma coisa também tem que decidir a outra. Quer saber o que se passa.
- ⇒ Resinagem – caíram os “gomos” da porta do edifício, e agora parece um tabuleiro de jogo de damas. Pede uma vez mais ao Sr. Presidente que seja accionada a empresa para fazer as devidas reparações, de que a Sr.ª Vereadora Alexandra está farta de falar.
- ⇒ Habitação social – foi bem colocada a questão pelo Sr. Vereador Logrado, de que se devia abrir o concurso simultaneamente com o decurso das obras, mas assim só lá para agosto é que serão entregues, o que até calha bem nessa altura.
- ⇒ Pedido de resposta – voltou a pedir a relação das estradas que vão ser alcatroadas.
- ⇒ Regulamento dos horários dos estabelecimentos – na altura chegou-se aqui a uma situação de acordo com os comerciantes e parece que as coisas estão a funcionar e não foi nenhuma desgraça como se previa, e por isso todos estão de parabéns pelo trabalho coletivo que foi feito.  
O comércio local e do centro histórico têm sido tão atacados, e isto não acontece só na Marinha Grande, passa-se também noutras autarquias, e não tem só a ver com a falta de apoios mas antes com interesses económicos de grandes empresas. Não está na nossa mão mas pode-se sempre ajudar, nomeadamente com o regulamento.

**A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira respondeu o seguinte, no âmbito dos seus pelouros:**

- ⇒ Sobre o 18 de janeiro – sempre que se lembra, a Câmara comemorou a data com atividades. O ano passado não correu bem em termos de conciliação de horários. Este ano, para evitar isso, pediu aos sindicatos a sua programação, para que a da Câmara não colidisse.

- ⇒ A questão da conferência – não fazendo aqui a sessão solene decidiu-se fazer a conferência. Contactou o Secretário de Estado do Emprego, porque se queria fazer o apanágio do movimento operário. Ele foi convidado, mas por alteração de agenda devido ao falecimento do Dr. Mário Soares, não pode vir.  
O Secretário-Geral da UGT não foi convidado para trazer conflitualidade. Ele representa sindicatos do nosso País, é uma pessoa ligada aos movimentos operários e sabe bem o que foi o 18 de janeiro. Veio falar sobre o movimento operário, e foi ouvido com respeito tal como foi ouvido o representante da CGTP, junto à estátua.  
O **Sr. Vereador Vítor Pereira** protestou, dizendo que ficou esclarecidíssimo.  
A **Sr.ª Vereadora** respondeu dizendo que lhe parece estar numa reunião de Câmara, embora às vezes lhe pareça mais uma preparação de campanha eleitoral.
- ⇒ Saudou o Sr. Vereador Carlos Logrado, pela forma como impôs ao Sr. Presidente a sua intervenção, quando ele ainda é o Presidente e é ele que comanda os trabalhos. Os restantes Vereadores cumpriram o Regimento.
- ⇒ Sobre a Comeira – não percebe este tipo de intervenção. Já no anterior mandato a associação tinha sido apoiada com 10.000€ e não conseguiu justificar com documentos. Se agora se atribuem mais 10.000€ o Sr. Vereador sabe que têm que vir justificar com documentos, se não o fizerem têm que vir devolver. Se só receberam 980€, é porque só conseguiram demonstrar com documentos esse valor.  
O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que só quer a demonstração, não lhe interessa o se...se....

**Às questões colocadas, o Sr. Presidente respondeu o seguinte:**

- ⇒ Quando aqui na reunião são colocadas questões pelos munícipes ou pelos Vereadores, reencaminha-as logo para os serviços, para se verificar se estão ou não dentro do planeamento e para serem executadas.
- ⇒ TUMG – tomou nota da questão do horário.
- ⇒ Cães – falou com a Chefe da Divisão, pois apesar de agora se estar a recolher na mata, está-se mais virado para a recolha na malha urbana. Amanhã terá uma reunião com as associações de animais.
- ⇒ Café d'Arte – já tramitou para os serviços a contraproposta que lhe fez numa reunião que tiveram. Vai ver o que se passa.
- ⇒ Demora nas respostas – os serviços estão “atafuhados” com serviço e as respostas a dar têm que ser trabalhadas e apresentadas de forma cuidada.  
O **Sr. Vereador Carlos Logrado** perguntou quando vai ter a relação do património.  
O **Sr. Presidente** disse que esse relatório vai ser público, e que o Sr. Vereador o terá com a prestação de contas.
- ⇒ Judiciária – não fez nenhuma queixa contra o Sr. Vereador Logrado, apenas poderá ter participado ao Ministério Público alguma situação que ponha em causa o bom nome da Câmara.

- ⇒ Auditoria – está na Câmara, e sobre aquilo que o Sr. Vereador pediu o que pode informar é que irá falar com o Auditor.
- ⇒ Reunião sobre a Linha do Oeste – foi promovida pela Assembleia Municipal e o procedimento está a ser desencadeado entre a Câmara e a Assembleia Municipal. O Sr. Vereador foi à reunião acompanhar, o Presidente da Câmara não foi convidado porque o convite foi feito ao Presidente da Assembleia Municipal.  
O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que não foi assim.  
O **Sr. Presidente** informou que a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal de Loures já contactou a Assembleia Municipal da Marinha Grande.  
O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que a reunião não é de Assembleias Municipais mas de autarcas, e quer saber se a Câmara já respondeu ou não, porque o e-mail veio para si, só que não quer ser indelicado, mas se não foi respondido vai mesmo responder.  
O **Sr. Presidente** disse que já deu a resposta.

Seguiu-se uma troca de palavras entre o Sr. Presidente e o Sr. Vereador relativamente a este assunto.

**O Sr. Presidente prosseguiu, respondendo o seguinte:**

- ⇒ Época balnear – a Sr.ª Vereadora está a acompanhar, e tal como aconteceu com a passagem de ano, também a época balnear está a ser feita em colaboração com a mesma associação.
- ⇒ Habitação social – vai ser aberto o concurso, porque as obras estarão concluídas na próxima semana.  
O **Sr. Vereador Carlos Logrado** perguntou para quando, uma vez que o Sr. Presidente para além de não estar a responder também não está a dar prazos.  
O **Sr. Presidente** pediu ao Sr. Vereador que não o interrompa porque ele também não o interrompeu durante a sua intervenção.
- ⇒ Preparação da revisão – o Sr. Presidente informou que está em condições para ver com os serviços a aplicação das verbas do saldo de gerência, que de acordo com a lei só pode ser feito depois de aprovadas as contas, o que deverá ocorrer em abril, na Câmara e na Assembleia Municipal.  
A Câmara está dependente de entidades externas, por isso não poderá dizer a data, mas a lei vai ser cumprida, e o saldo de gerência só pode ser incorporado depois.
- ⇒ Ilhas ecológicas – os contentores são da Câmara, os ecopontos são da Valorlis, por isso tem que ver com eles.
- ⇒ Deficientes – em todas as obras novas tem havido o cuidado com a mobilidade. A Galeria da Vieira tem elevador do r/c para o 1.º andar. Aqui, na Galeria da Marinha Grande, não se sabe o que poderá ser feito, porque foi uma adaptação.
- ⇒ Entulhos – é propriedade privada, mas a Câmara pode intervir para que seja retirado.
- ⇒ Terrenos das Vergieiras – também são terrenos privados, são do loteador, e a própria Proteção Civil tem insistido.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

- ⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

\*\*\*\*\*

4 - REQ. N. 1905/16, DATADO DE 10/11/2016 – PC N.º 473/16, DATADO DE 10/11/2016 – ORLANDO MANUEL FERNANDES DUARTE, MANUEL DUARTE GRÁCIO E LÚCIA MARIA FERNANDES DUARTE

34 - Presente pedido com o registo n.º 1905/16, datado de 10/11/2016 relativo a alteração e ampliação de edifício existente para instalação de unidade industrial do tipo 3, no prédio sito na Rua Augusto Costa, n.º 39, Tojeira de Picassin, Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.878 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.082, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 473/16, com data de entrada de 10/11/2016, apresentado por ORLANDO MANUEL FERNANDES DUARTE, com o NIF 193426676, residente na Rua da Fonte Velha, n.º 30, Embra, MANUEL DUARTE GRÁCIO, com o NIF 103865403, residente na rua Augusto Costa, n.º 39, Pedrulheira e LÚCIA MARIA FERNANDES DUARTE, com o NIF 178952940, residente na Rua da Fonte Velha, n.º 28, Embra, todos da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 16/01/2017, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em conformidade com as normas e regulamentos legais aplicáveis;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a alteração e ampliação de edifício existente para instalação de unidade industrial do tipo 3, no prédio sito na Rua Augusto Costa, n.º 39, Tojeira de Picassin, Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.878 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.082, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 473/16, com data de entrada de 10/11/2016, apresentado por ORLANDO MANUEL FERNANDES DUARTE, com o NIF 193 426 676, residente na Rua da Fonte Velha, n.º 30, Embra, MANUEL DUARTE GRÁCIO, com o NIF 103 865 403, residente na Rua Augusto Costa, n.º 39, Pedrulheira e LÚCIA MARIA FERNANDES DUARTE, com o NIF 178 952 940, residente na Rua da Fonte Velha, n.º 28, Embra, todos da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE;
- 2.- Assegurar a execução da totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.

Delibera, igualmente, aceitar a cedência para domínio público da área de 100,00 m2, destinada a passeio público.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 1/17, DATADO DE 05/01/2017 – PC N.º 374/16, DATADO DE 12/09/2016 –  
PLASTIMAGO - TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS LDA

35 - Presente pedido com o registo n.º 1554/16, datado de 12/09/2016 relativo a alteração da cobertura de uma unidade industrial, localizada na estrada de Leiria, n.º 208, Embra, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15.293 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.273, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 374/16, com data de entrada de 12/09/2016, apresentado por PLASTIMAGO - TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS LDA, com o NIPC 501 293 779, com sede Rua da Indústria, Cumeiras, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente pedido com o registo n.º 1/17, datado de 05/01/2017 solicitando a junção do parecer favorável emitido pela Infraestruturas de Portugal, IP, no âmbito do disposto na Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, relativo à presente operação urbanística;

Presente informação técnica, datada de 19/01/2017, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alteração da cobertura de uma unidade industrial, localizada na Estrada de Leiria, n.º 208, Embra, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15.293 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.273, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 374/16, com data de entrada de 12/09/2016, apresentado por PLASTIMAGO - TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS LDA, com o NIPC 501 293 779, com sede Rua da Indústria, Cumeiras, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**6 - REQ. N. 2083/16, DATADO DE 13/12/2016 – PC N.º 399/15, DATADO DE 27/10/2015**  
**– ANTÓNIO AUGUSTO AMARAL E MARIA CELESTE FERREIRA RIBEIRETE**

36 - Presente processo camarário registado sob o n.º 399/15, em 2015/10/27, referente a pedido de licenciamento (legalização) de obras de alterações realizadas na moradia e no anexo e (legalização) de obra de construção de um muro de vedação com demolição de muro existente integrado no procedimento, incidentes no prédio sito no Beco da Rua de Leiria, n.º 42, lugar do Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 5.663 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3.011, apresentado por **ANTÓNIO AUGUSTO AMARAL**, com o NIF 136853064, e por **MARIA CELESTE FERREIRA RIBEIRETE**, com o NIF 112004717, ambos residentes na Rua Leopoldo de Almeida, n.º 74 – R/C D.tª, lugar e freguesia de Mem Martins, Município de Sintra, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2016/06/09.

Presente requerimento n.º 1870/16, registado em 2016/11/04, com respeito a solicitação de revisão da condição descrita no ponto n.º 2 da deliberação de Câmara Municipal de 2016/03/31, e, consequente, revisão da deliberação de Câmara Municipal de 2016/06/09, com a manutenção do atual alinhamento do muro.

Presente parecer técnico datado de 2016/11/09, favorável à proposta apresentada de manutenção do alinhamento do muro.

Presente requerimento n.º 2083, registado em 2016/12/13, pelo qual é apresentado o termo de responsabilidade da estabilidade da obra e declarações de isenção de projetos, conforme disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Presente parecer técnico, datado de 2016/12/28, que informa encontrarem-se reunidas as condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento.

Após análise:

- Do processo camarário registado sob o n.º 399/15, em 2015/10/27, referente a pedido de licenciamento (legalização) de obras de alterações realizadas na moradia e no anexo e (legalização) de obra de construção de um muro de vedação com demolição de muro existente integrado no procedimento, para o prédio sito no Beco da Rua de Leiria, n.º 42, lugar do Barqueiro, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 5663 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3011, apresentado por **ANTÓNIO AUGUSTO AMARAL**, com o NIF 136853064, e por **MARIA CELESTE FERREIRA RIBEIRETE**, com o NIF 112004717, ambos residentes na Rua Leopoldo de Almeida, n.º 74 – R/C D.tª, lugar e freguesia de Mem Martins, Município de Sintra, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2016/06/09;

- Do pedido de revisão da condição descrita no ponto n.º 2 da deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal de 2016/03/31, e, consequente, revisão da deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal de 2016/06/09, com vista a manutenção do actual

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

alinhamento do muro, bem como do parecer técnico datado de 2016/11/09 e das condições que motivaram a revisão do parecer;

- Dos elementos descritos no n.º 2 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, com a dispensa dos projetos das especialidades, bem como do parecer técnico datado de 2016/12/28.

A Câmara Municipal delibera favoravelmente quanto a manutenção do atual alinhamento do muro e delibera, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, DEFERIR o pedido de licenciamento (legalização) de obras de alterações realizadas na moradia e no anexo e (legalização) de obra de construção de um muro de vedação confinante com via pública.

Mais delibera informar os requerentes do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Deverá assegurar execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

3- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 2056/16, DATADO DE 07/12/2016 – PC N.º 233/16, DATADO DE 16/06/2016 – DREAMELEMENT - UNIPESSOAL LDA.

37 - Presente pedido com o registo n.º 2056/16, datado de 07/12/2016 relativo a alterações a realizar em obra, titulada pelo alvará n.º 49/16, válido até agosto de 2017, no prédio sito no largo da Alegria, n.º 3 e travessa do Cotovelo n.º 1, na Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6936 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20.104-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 233/16, com data de entrada de 16/06/2016, apresentado por BLEACH DESIGN UNIPESSOAL LDA, com o NIPC 506899080 e sede na Rua Ferreira Custódio Júnior, n.º 1, averbado para DREAMELEMENT - UNIPESSOAL LDA, com o NIPC 513546642, com sede na rua das Flores, n.º 17, R/C, freguesia e concelho da Marinha Grande, por despacho do Presidente da Câmara datado de 13/01/2017;

Presente informação técnica, datada de 19/01/2017, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 20/01/2017, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alterações a realizar em obra, titulada pelo alvará n.º 49/16, válido até agosto de 2017, no prédio sito no largo da Alegria, n.º 3 e travessa do Cotovelo n.º 1, na Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6936 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20.104-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 233/16, com data de entrada de 16/06/2016, apresentado por BLEACH DESIGN UNIPessoal LDA, com o NIPC 506899080 e sede na Rua Ferreira Custódio Júnior, n.º 1, averbado para DREAMELEMENT - UNIPessoal LDA, com o NIPC 513546642, com sede na rua das Flores, n.º 17, R/C, freguesia e concelho da Marinha Grande, por despacho do Presidente da Câmara datado de 13/01/2017.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 27.º do RJUE, deverá requerer o averbamento do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários, nomeadamente o original do alvará de obras de alteração n.º 49/16.
- 2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
- 3.- Deverá solicitar, aos Serviços de Águas e Saneamento, a ligação da rede predial de água e das redes prediais de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais às redes públicas respetivas existentes nos arruamentos confinantes ao edifício.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 45/17, DATADO DE 13/01/2016 — PC N.º 492/16, DATADO DE 28/11/2016 —  
LUIS FILIPE SOBREIRA CALIXTO

38 - Presente requerimento n.º 2010/16, datado de 28/11/2016, apresentado por LUIS FILIPE SOBREIRA CALIXTO, com o NIF 225381010, residente em Rua do Barrinho, n.º 34, Riba D'Aves, freguesia de Ortigosa e concelho de Leiria, a solicitar a "*redução de taxas, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do art.º 119.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande*", no âmbito do procedimento de licenciamento a que foi atribuído o número de processo camarário 492/16, incidente sobre um prédio sito na área do Centro Tradicional da Marinha Grande, respeitante a

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

licenciamento de obras de alteração e remodelação, a levar a efeito no edifício sito na Rua Álvaro Coelho, n.º 15, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação camarária tomada na reunião de 15/12/2016, pela qual a Câmara determinou o requerente, LUIS FILIPE SOBREIRA CALIXTO, com o NIF 225381010, residente em Rua do Barrinho, n.º 34, Riba D'Aves, freguesia de Ortigosa e concelho de Leiria, nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, para no prazo de 15 dias úteis, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a intenção de indeferir o seu pedido de redução de taxas apresentado no âmbito do procedimento de licenciamento a que foi atribuído o número de processo camarário 492/16, incidente sobre um prédio sito na área do Centro Tradicional da Marinha Grande, respeitante a licenciamento de obras de alteração e remodelação, a levar a efeito no edifício sito na Rua Álvaro Coelho, n.º 15, freguesia e concelho de Marinha Grande, em virtude do mesmo não ter cabimento legal, dado que a operação urbanística em apreço não se enquadra em nenhuma das situações previstas na alínea c) do n.º 3 do art.º 119.º do RMEUMMG, por se tratar de uma obra de ampliação;

Presente requerimento n.º 45/17, registado em 13/01/2017, através do qual o requerente vem apresentar alegações em sede de audiência prévia, em resposta à proposta de indeferimento do pedido de isenção de taxas.

Presente parecer técnico, datado de 23/01/2017, sobre o assunto, que refere que a a operação urbanística prevê a ampliação da edificação ao nível do piso de sótão, por forma a que o mesmo possa dispor de compartimentos habitáveis, conferindo, assim, um aumento da área total de construção do edifício.

**Após análise do pedido de redução de taxas formulado, considerando os pareceres que sobre ele recaíram a Câmara delibera:**

**INDEFERIR**, nos termos e fundamentos da deliberação camarária tomada na reunião de Câmara de 15/12/2016 e comunicados ao requerente através do ofício n.º 1412/16, datado de 16/12/2016 e rececionado em 22/12/2016, o pedido de redução de taxas apresentado no âmbito do procedimento de licenciamento a que foi atribuído o número de processo camarário 492/16, incidente sobre um prédio sito na área do Centro Tradicional da Marinha Grande, respeitante a licenciamento de obras de alteração e remodelação, a levar a efeito no edifício sito na Rua Álvaro Coelho, n.º 15, freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado por LUIS FILIPE SOBREIRA CALIXTO, com o NIF 225381010, residente em Rua do Barrinho, n.º 34, Riba D'Aves, freguesia de Ortigosa e concelho de Leiria, em virtude do mesmo não ter cabimento legal, dado que a operação urbanística em apreço não se enquadrar em nenhuma das situações previstas na alínea c) do n.º 3 do art.º 119.º do RMEUMMG, por se tratar de uma obra de ampliação, da qual resultará um aumento da área total de construção em 51,30 m2.

**Mais delibera NOTIFICAR** o requerente para, no prazo de 10 dias, promover o pagamento das taxas devidas pela apreciação do pedido de licenciamento da obra, no montante de 195,91 € (cento e noventa e cinco euros e noventa e um cêntimos), de acordo com o ponto 2.1 do Quadro VI do Anexo I ao Regulamento Municipal de Edificação e

Urbanização do Município da Marinha Grande, sob pena de extinção do procedimento, nos termos do disposto no artigo 133.º do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 6/17, DATADO DE 05/01/2017 – PC N.º 173/09, DATADO DE 31/07/2009 – VIRGÍLIO DE JESUS LOURENÇO

39 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 6/17, datado de 05/01/2017, apresentado por VIRGÍLIO DE JESUS LOURENÇO, com o NIF 146590139, com morada Beco dos Passagens, n.º 6, Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Beco dos Passagens, n.º 6, Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de obras de legalização de ampliação e alteração, licenciadas no âmbito do processo camarário n.º 173/09 e tituladas pelo alvará de licença de legalização n.º 42/16, emitido em 12/07/2016.

Presente parecer técnico datado de 12/01/2017, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Beco dos Passagens, n.º 6, Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de VIRGÍLIO DE JESUS LOURENÇO, com o NIF 146590139, residente na mesma com morada, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos  
Engenheiro Cristina Silva  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Álvaro Letra
- 2) Membros suplentes  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Rui Vicente  
Fiscal Nuno Fernandes

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**10 - REQ. N. 32/17, DATADO DE 11/01/2017 – PC N.º 373/16, DATADO DE 09/09/2016 –  
ARLETE PEREIRA MARQUES MOREIRA JORGE**

40 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1821/16, datado de 26/10/2016, apresentado por ARLETE PEREIRA MARQUES MOREIRA JORGE, com o NIF 115405267, com morada em Rua Dr. José Henriques Vareda, n.º 19, 6.º B, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua D. Dinis, n.º 8, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de obras de legalização de alteração e ampliação, licenciadas no âmbito do processo camarário n.º 373/16 e tituladas pelo alvará de licença de legalização n.º 72/16, emitido em 30/12/2016.

Presente parecer técnico datado de 18/01/2017, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua D. Dinis, n.º 8, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de ARLETE PEREIRA MARQUES MOREIRA JORGE, com o NIF 115405267, com morada em Rua Dr. José Henriques Vareda, n.º 19, 6.º B, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**  
Engenheiro Cristina Silva  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Álvaro Letra
- 2) **Membros suplentes**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Rui Vicente  
Fiscal Nuno Fernandes

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**11 - REQ. N. 20/17, DATADO DE 06/01/2017 – PC N.º 32/15, DATADO DE 02/02/2015 –  
VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A.**

41 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 20/17, datado de 06/01/2017, apresentado por VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A., com o NIPC 503536725, com sede em Estrada de Leiria, n.º 210, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Marinha Pequena, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo camarário n.º 32/15 e titulada pelo alvará de obras de construção n.º 44/15, emitido em 21/05/2015.

Presente parecer técnico datado de 20/01/2017, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea b) do n.º 2 do art.º 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Marinha Pequena, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de VANGEST - ENGENHARIA FINANCEIRA E GESTÃO, S.A., com o NIPC 503536725, com sede em Estrada de Leiria, n.º 210, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**  
Engenheiro Cristina Silva  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Álvaro Letra
- 2) **Membros suplentes**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Rui Vicente  
Fiscal Nuno Fernandes

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**12 - REQ. N. 2135/16, DATADO DE 21/12/2016 – PC N.º 619/2016, DATADO DE 21/12/2016 –  
ANISABEL PEREIRA DA SILVA VIEIRA GOUVEIA**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

42 - Presente requerimento registado sob o n.º 2135/16, datado de 21/12/2016, apresentado por ANISABEL PEREIRA DA SILVA VIEIRA GOUVEIA com o NIF 176820108, residente em Avenida 1.º de Maio, n.º 189, 2.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, na qualidade de cabeça de casal da herança aberta por óbito de Fernando Carlos da Costa Gouveia, proprietária do imóvel sito na mesma morada (fração "M"), através do qual é solicitada uma vistoria, face à existência de diversas infiltrações, alegadamente originadas pela falta de conservação e manutenção do telhado, bem como nas partes comuns do imóvel.

Presente deliberação de Câmara tomada na reunião de 29/12/2016, pela qual foi determinada a realização de vistoria ao imóvel sito em Avenida 1.º de Maio, n.º 189, freguesia e concelho de Marinha Grande, termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2015, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas; Presente auto de vistoria datado de 19/01/2017, respeitante à vistoria realizada na mesma data, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

Após análise do processo e do teor do auto de vistoria elaborado pela Comissão respetiva, referente ao imóvel sito em Avenida 1.º de Maio, n.º 189, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja fração "M", correspondente ao segundo andar esquerdo, é propriedade da herança aberta por óbito de Fernando Carlos da Costa Gouveia, representada pela cabeça de casal, ANISABEL PEREIRA DA SILVA VIEIRA GOUVEIA com o NIF 176820108, residente em Avenida 1.º de Maio, n.º 189, 2.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera:

NOTIFICAR, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, ANISABEL PEREIRA DA SILVA VIEIRA GOUVEIA com o NIF 176820108, residente em Avenida 1.º de Maio, n.º 189, 2.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, na qualidade de cabeça de casal da herança aberta por óbito de Fernando Carlos da Costa Gouveia, proprietária da fração "M" do imóvel sito na mesma morada, que o problema da humidade verificada nos compartimentos do imóvel vistoriado terá essencialmente origem na condensação verificada em toda a fração, na falta de limpeza geral da habitação e na inadequada falta de manutenção da pintura dos tetos e das paredes, pelo que deverá executar os trabalhos necessários a eliminar tais anomalias, designadamente, promover a adequada limpeza e pintura dos tetos e paredes dos compartimentos da fração, bem como proceder à adequada ventilação permanente dos mesmos.

Mais delibera dar conhecimento do teor do auto de vistoria à empresa incumbida da administração do condomínio.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 1416/16, DATADO DE 19/08/2016 – PC N.º 122/16, DATADO DE 08/04/2016  
– LINO GOMES PEDRO

Processo retirado para melhor análise.

14 - REQ. N. 1654/15, DATADO DE 09/11/2015 – PC N.º 491/2015, DATADO DE 09/11/2015  
– ADELAIDE MARIA FERREIRA SILVA FERNANDES

43 - Presente participação da Fiscalização Municipal com n.º 14/2015, datada de 2015/02/04, a informar que ADELAIDE MARIA FERREIRA SILVA FERNANDES, com o NIF 154605204, residente na Rua dos Loureiros da Mata, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, na qualidade de proprietária do prédio sito na Travessa Grupo Desportivo Os Vidreiros, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, concretizou, naquele seu prédio, a obra de construção de muro de vedação confinante com via pública - Travessa Grupo Desportivo Os Vidreiros, sem o necessário procedimento de controlo prévio que se refere o n.º 1 do artigo 4.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, bem como obra de construção de muro de vedação não confinante com via pública, isenta de controlo prévio nos termos do artigo 6.º do RJUE, sem a necessária participação à câmara municipal, conforme refere o n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG.

Presente parecer técnico datado de 2017/01/16.

A Câmara Municipal, depois de analisar a participação da Fiscalização Municipal com n.º 14/2015, datada de 2015/02/04, relativa à obra realizada por ADELAIDE MARIA FERREIRA SILVA FERNANDES, com o NIF 154605204, residente na Rua dos Loureiros da Mata, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, na qualidade de proprietária do prédio sito na Travessa Grupo Desportivo Os Vidreiros, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, relativa à construção de muros com placas pré moldadas de betão e pilares, numa extensão aproximada de 157 metros, dos quais 10 metros apresentam aproximadamente 1,65 metros de altura e confinam com arruamento público - Travessa Grupo Desportivo Os Vidreiros, sem o necessário alinhamento por parte dos serviços responsáveis da Câmara Municipal e sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, assim como, a construção dos muros não confinantes com a via pública, com altura de 1,80 metros, compreendendo obra isenta de controlo prévio nos termos do artigo 6.º do RJUE, foi realizada sem a necessária participação à câmara municipal, conforme refere o n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG, bem como o parecer datado de 2017/01/16, delibera ao abrigo das alíneas a) do n.º 1 e d) do n.º 2 do artigo 102.º e n.º 1 do artigo 102.º -A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo

Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, NOTIFICAR, ADELAIDE MARIA FERREIRA SILVA FERNANDES, para no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação da presente deliberação, proceder à legalização da operação urbanística.

Delibera ainda informar que o pedido de licenciamento a apresentar deve instruído nos termos descritos na Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril, elaborado de acordo com normas legais e regulamentares aplicáveis e de acordo com o artigo 18º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, transcrevendo-se:

*“Artigo 18.º*

*Muros, vedações e respetivos alinhamentos*

*1 – A construção de muros de vedação ou muros de suporte, junto das vias públicas, deve observar as seguintes características:*

- a) Serem executados em alvenaria ou betão armado, rebocados e pintados;*
- b) Não exceder a altura de 0,80m acima da cota dos passeios fronteiros ou dos arruamentos que os servem, sem prejuízo do previsto em Plano Municipal de Ordenamento do Território;*
- c) Ao valor referido na alínea anterior, podem ainda elevar-se elementos gradeados, ou sebes vivas, desde que, no seu cômputo geral, não exceda o valor máximo de 1,50m;*
- d) [Revogada];*
- e) No caso de o muro de vedação separar terrenos de cota diferentes, a altura é contada a partir da cota natural mais elevada;*
- f) Pode aplicar-se para os muros entre extremas, na parte confinante com a via pública, o disposto nas alíneas b) e c), numa extensão de até 1,50 m a contar do limite ao espaço público;*
- g) Em casos de colocação de contadores/quadros, os muros de vedação não podem ter altura superior a 1,50m acima da cota do passeio;*
- h) As vedações de propriedades em estrutura amovível (rede metálica suportada por paus tratados ou prumos metálicos chumbados) não devem possuir uma altura superior a 2,00m.*

*2 – Excetuam-se do disposto no número anterior as situações que, pela morfologia e características tipológicas da envolvente, conduzam à verificação de valores distintos dos anteriormente indicados, de forma a poder garantir-se adequada e ajustada inserção urbana.*

*3 – Os alinhamentos dos muros de vedação confinantes com as vias públicas previamente definidos pelos serviços municipais devem, por norma, ser paralelos ao eixo das vias ou arruamentos com os quais confinam.*

*4 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que se verifique a existência de condicionalismos decorrentes da estrutura urbana local, que aconselhem e justifiquem a adoção de outro enquadramento mais adequado e integrado.”*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**15 - REQ. N. 1087/16, DATADO DE 29/06/2016 – PC N.º 303/2016, DATADO DE 29/06/2016 – CARLOS MANUEL RODRIGUES CRESPO**

44 - Presente participação dos Serviços de Fiscalização Municipal n.º 25/2016, datada de 2016/04/26, a informar que CARLOS MANUEL RODRIGUES CRESPO, com o NIF 152795014, residente e proprietário do prédio sito na Rua das Acácias, n.º 25, em Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, no referido prédio, executou obras de alteração e ampliação de muro, junto ao arruamento, encontrando-se o muro atualmente executado em alvenaria revestido com ladrilhos, com alturas a variar aproximadamente entre 1.15 e 1.25 metros, encimado com elementos metálicos com altura de 0.70 metros, perfazendo assim a altura total aproximada de 1.85 metros e 1.95 metros, respetivamente, sem o necessário ato administrativo de controlo prévio.

Presente parecer técnico datado de 2017/01/05.

A Câmara Municipal, depois de analisar a participação Serviços de Fiscalização Municipal n.º 25/2016, datada de 2016/04/26, relativo à obra de alteração e ampliação de muro, confinante com a Rua das Acácias, n.º 25, em Vieira de Leiria, encontrando-se este atualmente executado em alvenaria revestido com ladrilhos, com alturas a variar aproximadamente entre 1.15 e 1.25 metros, encimado com elementos metálicos com altura de 0.70 metros, perfazendo assim a altura total aproximada de 1.85 metros e 1.95 metros, respetivamente, levada a efeito por CARLOS MANUEL RODRIGUES CRESPO, com o NIF 152795014, proprietário do referido prédio, sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, bem como o parecer datado de 2017/01/05, delibera ao abrigo do n.º 1 do artigo 102.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, notificar, CARLOS MANUEL RODRIGUES CRESPO, residente na Rua das Acácias, n.º 25, em Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, na qualidade de proprietário do referido prédio, para no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação da presente deliberação, proceder à legalização da operação urbanística.

Delibera ainda informar que deve apresentar pedido de licenciamento em conformidade com normas legais e regulamentares e elaborado nos termos descritos na Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril, e de acordo com o artigo 18º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, transcrevendo-se:

***“Artigo 18.º***

***Muros, vedações e respetivos alinhamentos***

***1 – A construção de muros de vedação ou muros de suporte, junto das vias públicas, deve observar as seguintes características:***

***a) Serem executados em alvenaria ou betão armado, rebocados e pintados;***

*b) Não exceder a altura de 0,80m acima da cota dos passeios fronteiros ou dos arruamentos que os servem, sem prejuízo do previsto em Plano Municipal de Ordenamento do Território;*

*c) Ao valor referido na alínea anterior, podem ainda elevar-se elementos gradeados, ou sebes vivas, desde que, no seu cômputo geral, não exceda o valor máximo de 1,50m;*

*d) [Revogada];*

*e) No caso de o muro de vedação separar terrenos de cota diferentes, a altura é contada a partir da cota natural mais elevada;*

*f) Pode aplicar-se para os muros entre extremas, na parte confinante com a via pública, o disposto nas alíneas b) e c), numa extensão de até 1,50 m a contar do limite ao espaço público;*

*g) Em casos de colocação de contadores/quadros, os muros de vedação não podem ter altura superior a 1,50m acima da cota do passeio;*

*h) As vedações de propriedades em estrutura amovível (rede metálica suportada por paus tratados ou prumos metálicos chumbados) não devem possuir uma altura superior a 2,00m.*

*2 – Excetuam-se do disposto no número anterior as situações que, pela morfologia e características tipológicas da envolvente, conduzam à verificação de valores distintos dos anteriormente indicados, de forma a poder garantir-se adequada e ajustada inserção urbana.*

*3 – Os alinhamentos dos muros de vedação confinantes com as vias públicas previamente definidos pelos serviços municipais devem, por norma, ser paralelos ao eixo das vias ou arruamentos com os quais confinam.*

*4 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que se verifique a existência de condicionalismos decorrentes da estrutura urbana local, que aconselhem e justifiquem a adoção de outro enquadramento mais adequado e integrado.”*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 1856/16, DATADO DE 03/11/2016 – PC N.º 527/2016, DATADO DE 03/11/2016 – VÍTOR MANUEL COELHO SOARES

45 - Presente requerimento n.º 1856/16, registado em 2016/11/03, processo camarário n.º 527/2016, referente a pedido de emissão de certidão comprovativa de construção anterior ao Regulamento Geral das Edificações Urbanas - RGEU, para a casa sita na Rua da Portela, n.º 5, lugar de Guarda Nova, em Marinha Grande, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3616, apresentado por VÍTOR MANUEL COELHO SOARES, cabeça de casal da herança de Maria de Lourdes Coelho Paulo, com o NIF 742560600, residente na Rua dos Franceses, n.º 29, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande. Presente processo camarário n.º 603/2016 e parecer que sobre o mesmo recaiu, datado de 2016/12/27.

Após análise do pedido de emissão de certidão comprovativa de construção anterior ao Regulamento Geral das Edificações Urbanas - RGEU, para a casa sita na Rua da Portela, n.º 5, lugar de Guarda Nova, em Marinha Grande, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3616, formulado pelo requerimento n.º 1856/16, registado em 2016/11/03, processo camarário n.º 527/2016, apresentado por VÍTOR MANUEL COELHO SOARES, cabeça de casal da herança de Maria de Loudes Coelho Paulo, com o NIF 742560600, residente na Rua dos Franceses, n.º 29, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como o parecer datado de 2016/12/27, anexo ao processo n.º 603/2016, a Câmara Municipal delibera INDEFERIR o pedido, em virtude do processo camarário n.º 658/1951, com Alvará de Licença n.º 219, de 02 de outubro de 1951, nome de Ermelinda Matias Lopes, para o prédio com artigo n.º 3616, referente à construção de casa de habitação com um piso, com 3 divisões e cerca de 25.50 m2 de área bruta de construção, ter sido registado em 11 de setembro de 1951, data posterior à publicação do Decreto-Lei n.º 38382, de 07 de agosto de 1951, que aprovou o Regulamento Geral das Edificações Urbanas – RGEU.

Considerando que a obra de construção licenciada para o prédio pelo processo camarário n.º 658/1951 respeita a moradia com cerca de 25,00 m2 de área bruta de construção, considerando que na caderneta predial apresentada pelo requerente o prédio está inscrito com a área total de 49,50 m2 e área de implantação do edifício com 49,50 m2 e, considerando ainda, que o prédio assinalado pelo requerente na planta à escala 1:2000, apresenta área superior à área inscrita na matriz, apresenta edificação principal com área muito superior licenciada em 1951 e apresenta edificações secundárias da qual se desconhece o licenciamento, a Câmara Municipal delibera ainda, ao abrigo das alíneas d) do n.º 2 do artigo 102.º e n.º 1 do artigo 102.º - A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, NOTIFICAR VÍTOR MANUEL COELHO SOARES, para no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação da presente deliberação, proceder ao necessária legalização das operações urbanísticas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 59/17, DATADO DE 16/01/2017 – PC N.º 29/2017, DATADO DE 16/01/2017 –  
MÓNICA ISABEL NEVES MOÇO

46 - Presente participação da Fiscalização Municipal com n.º 61/2016, datada de 21/11/2016, a informar que MÓNICA ISABEL NEVES MOÇO, com o NIF 214947742, residente na Travessa do Emigrante, n.º 11, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, na qualidade de proprietária do prédio sito junto à “Quinta da Areia”, lugar de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, concretizou, naquele seu prédio, a obra de construção de muros em alvenaria de tijolo, numa extensão aproximada de 100 metros, entre extremas, apresentando alturas variando entre 1,40 metros e 2,80 metros, e construiu muro com cerca de 10 metros de comprimento e cerca de 1,80 metros de altura, contíguo ao acesso existente, sem o necessário procedimento de controlo prévio que se

refere o n.º 1 do artigo 4.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico datado de 2017/01/17.

A Câmara Municipal, depois de analisar a participação da Fiscalização Municipal com n.º 61/2016, datada de 2016/11/21, relativa à obra realizada por MÓNICA ISABEL NEVES MOÇO, com o NIF 214947742, residente na Travessa do Emigrante, n.º 11, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, na qualidade de proprietária do prédio sito junto à "Quinta da Areia", lugar de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, concretizou, naquele seu prédio, a obra de construção de muros em alvenaria de tijolo, numa extensão aproximada de 100 metros, entre extremas, apresentando alturas variando entre 1,40 metros e 2,80 metros, e construiu muro com cerca de 10 metros de comprimento e cerca de 1,80 metros de altura, contíguo ao acesso existente, sem o necessário procedimento de controlo prévio que se refere o n.º 1 do artigo 4.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, bem como o parecer datado de 2017/01/16, delibera ao abrigo das alíneas d) e e) do n.º 2 do artigo 102.º e do n.º 1 do artigo 102.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, NOTIFICAR, MÓNICA ISABEL NEVES MOÇO, para no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação da presente deliberação, proceder ao necessário licenciamento das obras de demolição e de construção.

Delibera ainda informar que o pedido de licenciamento a apresentar deve observar normas legais e regulamentares aplicáveis e deve ser instruído nos termos da Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril, com vista à demolição parcial do muro de vedação entre extremas, por forma a garantir altura máxima de 1,80 m, conforme alínea i) do n.º 3 do artigo 5.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande - RMEUMMG, bem como o licenciamento da obra de construção de muro junto da extrema do prédio contíguo com acesso, sendo que esse deve assegurar as condições descritas e de acordo com o artigo 18.º do RMEUMMG, transcrevendo-se:

*"Artigo 18.º*

*Muros, vedações e respetivos alinhamentos*

*1 – A construção de muros de vedação ou muros de suporte, junto das vias públicas, deve observar as seguintes características:*

- a) Serem executados em alvenaria ou betão armado, rebocados e pintados;*
- b) Não exceder a altura de 0,80m acima da cota dos passeios fronteiros ou dos arruamentos que os servem, sem prejuízo do previsto em Plano Municipal de Ordenamento do Território;*

- c) Ao valor referido na alínea anterior, podem ainda elevar-se elementos gradeados, ou sebes vivas, desde que, no seu cômputo geral, não exceda o valor máximo de 1,50m;*
- d) [Revogada];*
- e) No caso de o muro de vedação separar terrenos de cota diferentes, a altura é contada a partir da cota natural mais elevada;*
- f) Pode aplicar-se para os muros entre extremas, na parte confinante com a via pública, o disposto nas alíneas b) e c), numa extensão de até 1,50 m a contar do limite ao espaço público;*
- g) Em casos de colocação de contadores/quadros, os muros de vedação não podem ter altura superior a 1,50m acima da cota do passeio;*
- h) As vedações de propriedades em estrutura amovível (rede metálica suportada por paus tratados ou prumos metálicos chumbados) não devem possuir uma altura superior a 2,00m.*

*2 – Excetuam-se do disposto no número anterior as situações que, pela morfologia e características tipológicas da envolvente, conduzam à verificação de valores distintos dos anteriormente indicados, de forma a poder garantir-se adequada e ajustada inserção urbana.*

*3 – Os alinhamentos dos muros de vedação confinantes com as vias públicas previamente definidos pelos serviços municipais devem, por norma, ser paralelos ao eixo das vias ou arruamentos com os quais confinam.*

*4 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que se verifique a existência de condicionalismos decorrentes da estrutura urbana local, que aconselhem e justifiquem a adoção de outro enquadramento mais adequado e integrado.”*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 1652/15, DATADO DE 09/11/2015 – PC N.º 489/2015, DATADO DE 09/11/2015 – MANUEL CARVALHO

47 - Presente participação da Fiscalização Municipal n.º 31/2015, datada de 2015/03/30, a informar que MANUEL CARVALHO, contribuinte n.º 111373760, residente e proprietário do prédio sito na Rua de Leiria, n.º 157, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, executou, naquele prédio, a obra de construção de um muro, junto à via pública - E.N. 242/Rua de Leiria, numa extensão aproximada de 22 metros, sendo o mesmo constituído por pilares, alvenaria de blocos de cimento com a altura aproximada de 0,65 metros, encimado por painéis metálicos opacos de cor verde, com altura aproximada de 1,00 metros, perfazendo o muro de vedação a altura aproximada de 1,65 metros, sem o necessário ato administrativo de controlo prévio.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

Presente parecer técnico datado de 2017/01/05.

A Câmara Municipal, depois de analisar a participação dos Serviços de Fiscalização Municipal n.º 31/2015, datada de 2015/03/30, relativo à obra de construção de muro, junto à via pública - E.N. 242/Rua de Leiria, n.º 157, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, numa extensão aproximada de 22 metros, sendo o mesmo constituído por pilares, alvenaria de blocos de cimento com a altura aproximada de 0.65 metros, encimado por painéis metálicos opacos de cor verde, com altura aproximada de 1.00 metros, perfazendo o muro de vedação a altura aproximada de 1.65 metros, levada a efeito por MANUEL CARVALHO, contribuinte n.º 11373760, proprietário e residente no referido prédio sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, bem como o parecer datado de 2017/01/05, delibera ao abrigo do n.º 1 do artigo 102.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, notificar, MANUEL CARVALHO, na qualidade de proprietário do prédio sito na E.N. 242/Rua de Leiria, n.º 157, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, para no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação da presente deliberação, proceder à legalização da operação urbanística.

Delibera ainda informar:

- 1- Para o efeito deverá apresentar pedido de licenciamento em conformidade com normas legais e regulamentares e elaborado nos termos descritos na Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril, e de acordo com o artigo 18º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
- 2- Por o prédio se situar junto de estrada nacional – E.N. 242, pedido de licenciamento deve ser instruído com autorização da administração rodoviária - EP - Estradas de Portugal, S. A.
- 3- Características a observar nas construções dos muros confinantes com as vias públicas descritas no n.º 1 do artigo 18 do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização do Município da Marinha Grande, transcrevendo-se:

*“Artigo 18.º*

*Muros, vedações e respetivos alinhamentos*

*1 – A construção de muros de vedação ou muros de suporte, junto das vias públicas, deve observar as seguintes características:*

- a) Serem executados em alvenaria ou betão armado, rebocados e pintados;*
- b) Não exceder a altura de 0,80m acima da cota dos passeios fronteiros ou dos arruamentos que os servem, sem prejuízo do previsto em Plano Municipal de Ordenamento do Território;*

- c) Ao valor referido na alínea anterior, podem ainda elevar-se elementos gradeados, ou sebes vivas, desde que, no seu cômputo geral, não exceda o valor máximo de 1,50m;*
- d) [Revogada];*
- e) No caso de o muro de vedação separar terrenos de cota diferentes, a altura é contada a partir da cota natural mais elevada;*
- f) Pode aplicar-se para os muros entre estremas, na parte confinante com a via pública, o disposto nas alíneas b) e c), numa extensão de até 1,50 m a contar do limite ao espaço público;*
- g) Em casos de colocação de contadores/quadros, os muros de vedação não podem ter altura superior a 1,50m acima da cota do passeio;*
- h) As vedações de propriedades em estrutura amovível (rede metálica suportada por paus tratados ou prumos metálicos chumbados) não devem possuir uma altura superior a 2,00m.*

*2 – Excetuam-se do disposto no número anterior as situações que, pela morfologia e características tipológicas da envolvente, conduzam à verificação de valores distintos dos anteriormente indicados, de forma a poder garantir-se adequada e ajustada inserção urbana.*

*3 – Os alinhamentos dos muros de vedação confinantes com as vias públicas previamente definidos pelos serviços municipais devem, por norma, ser paralelos ao eixo das vias ou arruamentos com os quais confinam.*

*4 – Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que se verifique a existência de condicionalismos decorrentes da estrutura urbana local, que aconselhem e justifiquem a adoção de outro enquadramento mais adequado e integrado.”*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N. 1696/15, DATADO DE 16/11/2015 – PC N.º 509/2015, DATADO DE 16/11/2015 – ANTÓNIO FLOR LOPES

48 - Presente participação dos Serviços de Fiscalização Municipal n.º 53/2015, datada de 2015/06/24, a informar que ANTÓNIO FLOR LOPES, com o NIF 159279518, na qualidade de proprietário do prédio sito na Rua do Sobral, n.º 13, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, realizou obra de fixação de 14 (catorze) prumos de madeira fixados no solo da sua propriedade junto do arruamento público (Rua do Sobral), com afastamentos ao eixo deste arruamento variáveis entre aproximadamente 2.00 e 2.50 metros, sem o necessário procedimento de controlo prévio.

Presente parecer técnico datado de 2017/01/12.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

A Câmara Municipal, depois de analisar a participação Serviços de Fiscalização Municipal n.º 53/2015, datada de 2015/06/24, a informar que ANTÓNIO FLOR LOPES, com o NIF 159279518, na qualidade de proprietário do prédio sito na Rua do Sobral, n.º 13, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, relativa à obra de fixação de 14 (catorze) prumos de madeira no solo daquela sua propriedade, junto do arruamento público, com afastamentos ao eixo do arruamento variáveis entre aproximadamente 2.00 e 2.50 metros, sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, bem como o parecer datado de 2017/01/12, delibera ao abrigo das alíneas e) e f) do n.º 2 do artigo 102.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, notificar, ANTÓNIO FLOR LOPES, residente na Rua do Sobral, n.º 13, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, para no prazo de 15 dias, contados da data da notificação da presente deliberação, proceder a retirada dos prumos e a reposição do terreno nas condições em que se encontrava antes do início dos trabalhos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N. 3/17, DATADO DE 05/01/2017 – PC N.º 509/2016, DATADO DE 20/10/2016 – ISABEL VITÓRIA ALCOBIA CAMANO GARCIA CAPELA

49 - Presente solicitação formulada por ISABEL VITÓRIA ALCOBIA CAMANO GARCIA CAPELA, com o NIF 136211470, residente na Travessa da Quinta S. Romão, n.º 126, S. Romão, em Leiria, com vista à concessão de mais 60 dias, para além do prazo de 15 dias conferidos a titular do prédio sito na Avenida do Farol, n.º 13, Lugar de S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, para proceder à legalização de operação urbanística realizada sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, conforme deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal de 2016/12/15, comunicada pelo ofício n.º 1410, datado de 2016/12/16, com receção ocorrida em 2016/12/23.

Presente parecer datado de 2017/01/10.

Depois de analisar a solicitação formulado por ISABEL VITÓRIA ALCOBIA CAMANO GARCIA CAPELA, com o NIF 136211470, residente na Travessa da Quinta S. Romão, n.º 126, S. Romão, em Leiria, com vista à concessão de mais 60 dias, para além do prazo de 15 dias conferidos a titular do prédio sito na Avenida do Farol, n.º 13, Lugar de S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, para proceder à legalização de operação urbanística realizada sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, bem como o parecer técnico datado de 2017/01/10, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido.

Delibera ainda informar a requerente que o prazo alargado tem término em 2017/04/10.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**21 - E/416/2017 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE BAIXADA ELÉTRICA**

50 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/416/2017, datado de 11/01/2017, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A., com o NIPC 504394029 para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, a levar a cabo na Rua Engenheiro Arala Pinto (pavimento em betuminosos) e na Avenida 1.ª de Maio (passeio revestido a calçadinha portuguesa), ambas da freguesia e concelho de Marinha Grande, numa extensão total de 143,00 m.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 13/01/2017, sobre o assunto, bem como despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 15/01/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala numa extensão total de 143,00 m, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, a levar a cabo na Rua Engenheiro Arala Pinto (pavimento em betuminosos) e na Avenida 1.ª de Maio (passeio revestido a calçadinha portuguesa), ambas da freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições;
- b) Deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**22 - E/121/2017 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL- LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A**

51 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/9187/2016, datado de 08/11/2016, de ocupação da via pública, apresentado por LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

GÁS DO CENTRO, S.A., com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua da Marinha Pequena, Rua das Laranjeiras, Rua 6 ou Rua dos Colhedores e Estrada de Pero Neto, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 1.200,00 metros de vala.

Presente deliberação tomada na reunião de Câmara de 05/12/2016, na qual foi deliberado emitir parecer desfavorável à pretensão, em virtude de se considerar que *“a passagem da tubagem exige a necessidade de corte de pavimento que se encontra em bom estado de conservação”*, informando-se a entidade que *“a posição poderá ser revista caso seja apresentado um novo traçado que considere a ampliação da rede a partir da Rua de Leiria e ao longo do troço da Estrada do Pero Neto confinante com as propriedades da “Farmi - Reparações Lda” e “ThyssenKrupp Materials Ibérica”*

Presente requerimento com o registo de entrada número E/121/2017, datado de 04/01/2017, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua de Leiria e Rua da Norça, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 480,00 m de vala, em substituição do pedido anteriormente apresentado.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 16/01/2017, sobre o assunto, bem como despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 18/01/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

1 - Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua da Norça, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições;
- b) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

2 – Relativamente à ocupação da Rua de Leiria, a mesma deve ser apresentada junto das Infraestruturas de Portugal, S.A., dado ser uma via gerida por aquela entidade, por se tratar de uma estrada nacional.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**23 - E/10558/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL- LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A – PLANO DE EXECUÇÃO DE REDES PARA O 1.º SEMESTRE DE 2017**

52 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/10558/2016, datado de 16/12/2016, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em R. Santo António Platina, R. Dr. Frutuoso Pereira do Mar, R. Dr. António Manuel da Costa, R. Teresa Ferreira, R. Dr. Franklin Vieira Dias, R. Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, R. João Gouveia Pedrosa, R. Isabel Valgrande Parracho, R. Raul Brites Quiaios, todas no lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, na Rua de Damão e na Rua Guilherme Pereira Roldão ambas da freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 5.155,00 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 16/01/2017, sobre o assunto, bem como despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 22/01/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

1 - Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 4.990,00 m de pavimento, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em R. Santo António Platina, R. Dr. Frutuoso Pereira do Mar, R. Dr. António Manuel da Costa, R. Teresa Ferreira, R. Dr. Franklin Vieira Dias, R. Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, R. João Gouveia Pedrosa, R. Isabel Valgrande Parracho, R. Raul Brites Quiaios, todas no lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Em cada arruamento deverá ser avaliada a melhor solução para a execução da rede e ramais;
- b) Após execução dos trabalhos, deverá ser feita uma avaliação do estado dos pavimentos, sendo da responsabilidade da Lusitaniagás a execução das pavimentações em betuminoso dos arruamentos, em função da melhor solução definida para cada caso pelos serviços camarários, conforme acordado em reunião com a entidade realizada em 16/01/2017;
- c) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos, bem como comunicar a data prevista para a sua conclusão;

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

- d) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

2 - Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 45,00 m de pavimento, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua Guilherme Pereira Roldão, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições;
- b) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

3 - Emitir parecer DESFAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala num total de 120,00 metros de pavimento para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua de Damão, freguesia e concelho de Marinha Grande, uma vez que o pavimento deste arruamento se encontra em bom estado de conservação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - REQ. N. 2175/16, DATADO DE 29/12/2016 — PC N.º 635/2016, DATADO DE 29/12/2016 — TECNIMOPLÁS - INDÚSTRIA TÉCNICA DE MOLDES, LDA.

53 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 2175/16, datado de 29-12-2016, apresentado por TECNIMOPLÁS - INDÚSTRIA TÉCNICA DE MOLDES, LDA., com o NIPC 500280533, com sede na rua de Leiria, n.º 204, Embrã, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento, sito na mesma morada, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de

desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública, sendo que as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho procederam à prorrogação do prazo e à extensão do âmbito e do regime inicialmente estabelecidos para apresentação dos processos de regularização.

O diploma em causa aplica-se igualmente à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, consequentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização a sociedade **TECNIMOPLÁS – INDÚSTRIA TÉCNICA DE MOLDES, LDA.**, com o NIPC 500280533, com sede na rua de Leiria, n.º 204, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma **deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento industrial** sito naquela morada, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considerando que:

- A sociedade **TECNIMOPLÁS - INDÚSTRIA TÉCNICA DE MOLDES, LDA.**, com sede na rua de Leiria, n.º 204, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, possui um estabelecimento industrial, onde desenvolve o projeto e a fabricação de moldes metálicos, que pretende ampliar;
- A ampliação destina-se a melhorar as condições de trabalho e segurança dos seus trabalhadores, melhorar a organização e layout da produção, melhorar o fluxo e sequência padrão de fabrico, melhorar a alocação dos recursos disponíveis e reduzir o “lead time”;
- Depois de ampliada a unidade industrial em questão - por se localizar de acordo com o Plano Diretor Municipal da Marinha Grande na área industrial da Marinha Pequena – verificar-se-á a construção encostada a uma das extremas laterais e um “ratio” de 1 lugar de estacionamento/86,4 m2 de construção, quando o regulamento daquele plano, nas alíneas c) e d) do n.º 4 do seu artigo 7.º, prevê, respetivamente, um afastamento de 3,0 m e um “ratio” de 1 lugar/50 m2 de área de construção;
- A sociedade iniciou a sua atividade em 1971, tendo-se localizado nas atuais instalações em 1981;
- Atualmente é uma das dez empresas portuguesas de moldes que mais exporta para a Alemanha;
- A aposta na exportação permitiu que crescesse e se desenvolvesse, de modo que, no ano de 2014, o seu volume de faturação ascendeu a 5.482.324,00 euros e em 2015 a 7.147.089,00 euros, sendo que nesses dois anos 70% dessa faturação resultou da exportação direta dos seus produtos;
- Em resultado desse desenvolvimento a empresa tem, atualmente, 74 trabalhadores ao seu serviço;

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

- A deslocalização do estabelecimento traria custos in suportáveis que, de acordo com a interessada, para além de ascenderem aos 4.376.000,00 euros, obrigariam à suspensão da sua atividade durante algum tempo, deixando, assim, a mesma de dar resposta rápida aos seus clientes, que acabaria, em consequência disso, por perder;
- A ampliação em causa - nomeadamente o aumento da área de produção - destina-se a proporcionar melhores condições de trabalho e albergar novos equipamentos, importantes para o crescimento da empresa e para garantir a qualidade dos produtos;
- O crescimento de uma empresa é, também, garantia da manutenção dos postos de trabalho, circunstância relevante numa época em que o desemprego continua a assumir valores muito elevados;
- Todos esses fatores contribuem para que a ampliação, já descrita, do estabelecimento assuma um interesse público municipal que importa reconhecer;

A Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do estabelecimento industrial sito na rua de Leiria, n.º 204, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de TECNIMOLÁS - INDÚSTRIA TÉCNICA DE MOLDES, LDA., com o NIPC 500280533, com sede na mesma morada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

## **25 - RELATÓRIO FINAL DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE 2016**

Presente relatório final do Orçamento Participativo de 2016, que inclui uma breve descrição do estado de execução da proposta vencedora do Orçamento Participativo de 2015.

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

## **26 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

54 - A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para as Comemorações do 70º aniversário da Corporação – Desfile a realizar no dia 05 de fevereiro de 2017;

- Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.

A Sociedade Instrutiva e Recreativa 1ª de Dezembro, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para o Bar concerto de David Antunes And The Midnight a realizar no dia 11 de fevereiro de 2017;
- Licença de Publicidade.

Presentes as informações nº 2/LS e 3/LS de 16 de janeiro de 2017, fundamentada de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria e a Sociedade Instrutiva e Recreativa 1ª de Dezembro, do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença especial de ruído, pela emissão da autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas e licença de publicidade.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **27 - REVOGAÇÃO PARCIAL DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE JULHO DE 2016 - CEMITÉRIO MUNICIPAL-ABANDONO DE SEPULTURAS**

55 - A Câmara Municipal, em 22 de dezembro de 2014, ao abrigo da competência prevista no artigo 33.º, n.º 1, alínea KK) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 2.º, alínea m), do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, na redação atual, na qualidade de entidade responsável pela Administração dos cemitérios municipais, deliberou, nos termos do artigo 43.º, n.º 1, do Regulamento dos Cemitérios Municipais, afixar editais nos lugares habituais e publicitar avisos em dois jornais regionais editados na área do Município, para que os concessionários e demais interessados, no prazo de 60 dias, reivindicassem os seus direitos sobre as sepulturas

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

perpétuas identificadas, sob pena de serem declaradas prescritas a favor do Município da Marinha Grande.

Através do Edital n.º 9/DAM/2015, de 10 de abril de 2015, foram citados todos os interessados que dispunham de 60 dias a contar da data da publicação do edital para reivindicarem os seus direitos sobre as sepulturas perpétuas.

O Edital foi publicitado no Jornal da Marinha Grande e no Região de Leiria, no dia 23 de abril de 2015. No mesmo dia foram colocadas placas com a menção de “abandonada” em todas as sepulturas nessas condições, indetificação que se manteve até à data em que foi deliberada a prescrição.

No seguimento da publicitação do edital, foram reivindicados os direitos sobre 45 sepulturas perpétuas do cemitério da Marinha Grande.

Em 21 de julho de 2016, e no que respeita às sepulturas cujos concessionários ou seus representantes não fizeram cessar a situação de abandono, a Câmara Municipal, ao abrigo da competência prevista no artigo 33.º, n.º 1 da alínea kk) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, artigo 2.º, alínea m), do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, na redação atual, e artigo 44.º, n.º 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais, declarou a sua prescrição, nos termos do disposto no artigo 44º do Regulamento dos Cemitérios Municipais e, consequentemente, perda a favor do Município.

Em cumprimento do estabelecido no artigo 47º do citado Regulamento, foi dada a devida publicidade através do Edital n.º 18/DAM/2016, de 10 de agosto de 2016, publicado no Jornal da Marinha Grande e no Região de Leiria, no dia 8 de setembro de 2016.

Na sequência desta publicitação, vieram os requerentes identificados em infra, solicitar a revogação da decisão de prescrição e caducidade de direito de concessão, alegando designadamente, que não tiveram conhecimento da deliberação da Câmara Municipal de 22 de dezembro de 2014, a conceder o prazo para que os concessionários e demais interessados reivindicassem os seus direitos sobre as sepulturas perpétuas.

N.º Requerimento	Data Requerimento	Nome Requerente	Número Sepultura	Cemitério	Concessionário Sepultura
E/7885	19-09-2016	Maria Orange Ribeiro Batista	1276-A	Marinha Grande	Isilda Maria
E/7985	22-09-2016	Maria Leonete da Silva Rocha Domingues Gaspar	2193	Marinha Grande	Manuel Rocha Júnior
E/8290	30-09-2016	Santos Barosa - Vidros, S.A.	192	Marinha Grande	Herdeiros de José dos Santos Barosa
E/9345	04-11-2016	Rosinda Pereira Ferreira Cruel	2133	Marinha Grande	Rosinda Pereira Ferreira Cruel
E/9637	11-11-2016	Maximino da Silva Fã e José Manuel da Silva Rosa	495	Marinha Grande	Herdeiros de Maria Angelina
E/7760	23-09-2016	Maria Odete da Silva Leonardo Teodósio	2334	Marinha Grande	Maria Odete da Silva Leonardo Teodósio

A declaração de prescrição, a favor do Município, das sepulturas perpétuas em que, de forma inequívoca e duradoura, se manteve o desinteresse na sua conservação ou manutenção, fundou-se primordialmente em razões de polícia sanitária e de administração dos espaços cemiteriais.

É um facto que estes requerentes não zelaram pela garantia da boa conservação das sepulturas. No entanto, importa realçar que o interesse fundamental da concessão de sepulturas, é a possibilidade de preservar a privacidade dos restos mortais dos familiares que vão falecendo e consolidar para os vindouros todo o memorial relativamente aos seus antepassados.

Neste sentido, atendendo aos princípios relacionados com o culto dos mortos, orientada por critérios de dignidade e de respeito pelo espírito familiar e uma vez que a perpetuidade das concessões não colide com a organização cemiterial, a Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 165.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, delibera revogar parcialmente a Deliberação n.º 444, datada de 21 de julho de 2016, no que respeita à declaração de prescrição e caducidade do direito à concessão das sepulturas 495, 192, 1276-A, 2133, 2193 e 2334 do cemitério da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS – AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCEPCIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI N.º 22/2015 DE 17 DE MARÇO E DO N.º 2 DO ART.º 6.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO AO DECRETO-LEI N.º 99/2015 DE 2 DE JUNHO

O Sr. Presidente solicitou a presença da Chefe da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação, Dr.ª Sandra Paiva, que explicou a proposta em apreço e respondeu às questões técnicas colocadas pelos Srs. Vereadores.

O Sr. Vereador Carlos Logrado pediu o seguinte:

- fundos disponíveis a 6 meses à data de 6 de janeiro
- compromissos a 31/12/2016 para 2017, e do total pretende saber:
  - obras adjudicadas e não executadas
  - salários
  - faturas por pagar
  - outros
- compromissos para exercícios futuros

**Seguidamente o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

56 - Considerando que a alínea f) do art.º 3 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 22/2015 de 17 de março, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, adiante designada por LCPA, preceitua que «Fundos disponíveis» são as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável, e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos, outros montantes autorizados nos termos do art.º 4.º do mesmo diploma legal.

Considerando que o art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 22/2015 de 17 de março, LCPA, determina que, a título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados pela Câmara Municipal.

Considerando que o n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada e republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, determina que o aumento temporário dos fundos disponíveis a que se refere o art.º 4.º da LCPA só pode ser efetuado mediante recurso a montantes a cobrar ou a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso.

Considerando o mapa em anexo I e considerando que a despesa inerente se consubstancia na assunção de compromissos pelo seu valor integral, atento o disposto no n.º 1 do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada e republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho.

A Câmara Municipal delibera autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis no montante de 669.227,55 euros, por antecipação da receita proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Único de Circulação, Imposto Municipal sobre as Transmissões e Derrama a arrecadar no decorrer do ano de 2017, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 22/2015 de 17 de março, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, considerando o estrito cumprimento dos limites estabelecidos no n.º 2 do art.º 6 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada e republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**29 - APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXOS DE CAIXA DA GERÊNCIA ANTERIOR, ANO DE 2016, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 2.6 - ESPECIFICIDADES DO TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DAS OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO POCAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO DECRETO - LEI N.º 54-A/99 DE 22 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL**

A **Chefe da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação, Dr.ª Sandra Paiva**, explicou a proposta em apreço e respondeu às questões técnicas colocadas pelos Srs. Vereadores.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** perguntou o que falta para ser feita a revisão.

A **Dr.ª Sandra Paiva** informou que o Sr. Presidente já tem o valor do saldo de gerência, mas há restrições, porque ainda há valores a acertar, e até 31 de março a aprovação das contas das entidades participadas, que também integram as contas da Câmara.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** concluiu que se pode começar a falar de revisão ao orçamento de 2017 porque já há elementos.

**Seguidamente o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

57 - Nos termos do ponto 2.3.4.4. do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua redação atual, o mapa de fluxos de caixa apresenta os recebimentos e pagamentos associados à execução do orçamento e às demais operações que afetam a tesouraria, evidenciando ainda os saldos iniciais e finais.

Nos termos do disposto no ponto 2.6.1. do mesmo diploma, a utilização do saldo da gerência deve ser efetuada depois de aprovado o mapa de “Fluxos de Caixa” da gerência anterior.

Considerando que atento o preceituado na alínea a) do n.º 3 do art.º 5.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, os saldos transitados do ano anterior cuja utilização tenha sido autorizada nos termos da legislação em vigor integram os fundos disponíveis.

Considerando que a FAQ n.º 5 da DGAL, no seu Manual de Apoio à aplicação da LCPA no Subsetor da Administração Local, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado e republicado em anexo à Lei n.º 22/2015 de 17 de março e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada e republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua que “ (...) o saldo de gerência de operações orçamentais do ano anterior pode ser utilizado para cálculos dos fundos disponíveis, ao abrigo do previsto na alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º do DL 127/2012, e tendo em conta a especificidade no que se refere à sua utilização na administração local, encontrando-se esta receita disponível para utilização a muito curto prazo, sendo esta utilização distinta da integração do saldo de gerência no orçamento que ocorre após a aprovação de contas. (...) ”.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

Considerando parecer da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses no qual é referido que “ (...) tendo em conta que na Administração Local a utilização do saldo de gerência é específica e distinta da Central, constituindo esta uma receita disponível a muito curto prazo, o que remete para o conceito de fundos disponíveis, poderá o mesmo ser considerado para efeitos do cálculo dos fundos disponíveis (...) ”.

Considerando que o mapa em ANEXO I consagra o Mapa dos “Fluxos de Caixa” a 31.12.2016 e que este apresenta um saldo para a gerência seguinte de 10.604.364,20 euros, dos quais 9.809.506,67 euros respeitam a Dotações Orçamentais e 794.857,53 euros que respeitam a Dotações não Orçamentais (saldo de operações de tesouraria).

Considerando que o nível de compromissos a assumir em 2017 tem de conformar os compromissos já assumidos e por pagar à data de 31.12.2016, devendo estes ser objeto de registo contabilístico em janeiro de 2017, importa proceder à utilização do saldo para a gerência seguinte das Dotações Orçamentais do ano anterior, ano de 2016, no montante de 9.809.506,67 euros, para o cálculo dos fundos disponíveis de 2017, atento o disposto na alínea a) do n.º 3 do art.º 5.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada e republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho.

Atentos os motivos expostos e a documentação em anexo a Câmara Municipal delibera aprovar o mapa dos “Fluxos de Caixa” da gerência anterior, ano de 2016, atento o preceituado na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, do mesmo diploma, aquando da remessa a este órgão deliberativo dos Documentos de Prestação de Contas de 2016, por fazerem parte integrante do mesmo.

Nos termos do preceituado no n.º 2 do art.º 33.º do Regulamento de Execução Orçamental do ano de 2017, aprovado em conjunto com os Documentos Previsionais de 2017 em sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2016, dá-se conhecimento que o saldo transitado da gerência de 2016 para 2017 ascende a 9.809.506,67 euros.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

### **30 - “PROGRAMA DE INCENTIVOS AO EMPREGO E EMPREENDEDORISMO” – PROPOSTA APRESENTADA PELO SR.VEREADOR CARLOS LOGRADO**

Tendo em conta que as propostas que constituem os pontos 30 e 31 visam o mesmo fim, o Sr. Presidente perguntou aos respetivos proponentes se não querem fundir as duas propostas e trazer uma proposta única.

O Sr. Vereador Carlos Logrado disse que a sua proposta teve por base os programas já aprovados na Câmara e a proposta do Vereador Aurélio de fevereiro de 2016, assim como

as intervenções de todos em 2016, e por isso considera que está incluído praticamente tudo. Contudo, está aberto a melhoramentos, mas não considera necessário neste momento discutir se deve ou não ser retirada a sua proposta sem ouvir primeiro.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que o objetivo único é ter um bom programa, e se o melhor é um complemento das duas, concorda com isso, embora a proposta de que é subscritora lhe pareça mais simples.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que lhe parece que se podiam fundir e fazer consensualmente uma proposta unificada, para haver unanimidade na votação.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que se deve abrir a discussão, e se a inclusão de contributos for substancial retira a proposta. Se forem apenas detalhes, e para que os municípios não fiquem prejudicados, não a retira.

O **Sr. Presidente** disse que independentemente dos conteúdos, leu as duas propostas com atenção, e, em relação à proposta do Sr. Vereador Carlos Logrado, entende que ela não é um programa, é um regulamento, enquanto que a outra proposta se baseia no regulamento já existente, que é o RMEU, e o regulamento tem procedimentos próprios. Na sua opinião, e embora não seja jurista, esta proposta é um regulamento, que poderá estar ferido de legalidade.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** entende que se deve concluir a questão se se retiram as propostas ou não, porque foi assim que o Sr. Presidente apresentou o assunto.

O **Sr. Presidente** disse que apresentou o assunto desta forma porque lhe parecia que estariam nessa disposição, mas por outro lado tinha que fazer esta chamada de atenção.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que tem que repor o que queria dizer. Concordou com o Vereador Vítor, mas depois chegou a proposta do Vereador Logrado, com a qual também concordou, e assim ficou baralhado.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que quando se aprovaram programas anteriormente fê-lo com a indicação de que se fizessem pequenas alterações. Votou contra a proposta do PS porque era rigorosamente igual ao anterior programa, e pediu logo ao Sr. Presidente que agendasse o seu pedido para esta reunião. Foi o primeiro a pedir e o Presidente agendou primeiro a proposta do Vereador Logrado.

Quando fez este pedido foi para tentar obter algum consenso, é isso que lhe interessa, a aprovação de uma proposta que sirva os interesses da Marinha Grande. Falou com o Vereador Aurélio, que lhe disse que tinha já alguma coisa, que era a proposta do PS, com a alteração de que se aplicava a todos. Perante isto sugeriu mais algumas pequenas alterações mas que considera importantes: postos de trabalho, domiciliação de empresa. Enviou o e-mail para todos, o Vereador Aurélio falou com o Vereador Logrado, que disse que tinha uma proposta pessoal. Tudo bem, tem essa legitimidade. Esta é a realidade.

Só ontem é que conheceu a proposta do Vereador Logrado e não a analisou em pormenor, mas não é um programa, é um regulamento.  
Da intervenção do Vereador Carlos Logrado retirou a informação de que se houver grandes alterações retira a proposta, senão quer votá-la. Entende que se devem votar as duas propostas, assim como estão, porque o consenso que pensava que se podia obter não será possível.

O **Sr. Presidente** explicou ao Sr. Vereador Vítor Pereira a razão de agendar em primeiro lugar a proposta do Sr. Vereador Carlos Logrado.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que queria corrigir as afirmações do Sr. Vereador Vítor Pereira porque não são rigorosas. Em primeiro lugar nunca foi considerada a forma de agendar propostas verbais.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** interrompeu, dizendo que é uma forma legal, e o que foi feito foi um requerimento para pedir o agendamento.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que admite que seja legal, mas não tem sido hábito ser feito. O que se faz é um pedido escrito para o Presidente da Câmara para agendar algum assunto, e há historial de que esses documentos sejam enviados com alguns atrasos, o que não tem impedido a apreciação.

Depois da reunião anterior sugeriu que se reunissem para encontrarem uma solução comum, está gravado, e depois não houve mais nenhum contacto. Como não se pode perder tempo, o + Concelho começou a trabalhar antecipadamente para apresentar esta proposta, e por isso telefonou ao Sr. Presidente a pedir para agendar e que enviaria os documentos na segunda-feira, o que não conseguiu, só na terça-feira. Depois disso não falou com o Vereador Vítor, falou apenas com o Vereador Aurélio na inauguração da Galeria, na Vieira, que estava ao telefone com o Vereador Vítor, que lhe pediu para que ele lhe enviasse os contributos, o que aconteceu. Não houve mais contacto, apenas um recebimento de um e-mail, já depois de ter pedido ao Sr. Presidente para agendar a sua proposta.

Seguidamente explicou também a conversa com o Sr. Vereador António Santos e com o Sr. Presidente, e com o Sr. Vereador Vítor Pereira, que lhe telefonou para se reunirem na terça-feira, antes de ter enviado a sua proposta, para apresentarem uma proposta conjunta. Não podia e então já não se reuniram. Assim, enviou o e-mail para o Sr. Presidente e também para todos os Vereadores, no sentido de não se prolongar a discussão, e não se chegar a apresentar nada, como tem vindo a acontecer noutras situações.

Disse que é uma crítica que deixa à oposição, para que se acabe com estas “novelas”, que não levam a nada e só prejudicam o concelho.

O **Sr. Presidente** clarificou a situação em relação aos e-mail's que recebeu, e disse que não participa nesta discussão porque não foi contactado para apresentar qualquer proposta.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** disse que também não foi contactada, mas estava disposta a participar numa reunião para apresentação de uma proposta conjunta.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que lhe parece que um documento desta natureza deveria ter votação unânime. Propõe retirar as propostas, reunir segunda-feira, aglutinar todas as boas ideias e fazer um documento conjunto. O concelho merece um bom documento, aceite por unanimidade.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que tirando um ou outro pormenor, aquilo que disse é a verdade pura e dura, e a proposta aqui apresentada foi mostrada a todos os Vereadores da oposição. O que se está a passar entristece-o profundamente e nunca mais participará numa situação destas.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que desde janeiro de 2014 que a sua postura foi sempre a mesma: melhorar o que existia, e isso era alargar a outras atividades económicas que não só a indústria. Foi sempre isto que disse. E até entende que nem se precisava deste programa, porque se a Câmara quisesse apoiar a indústria tem as isenções do RMEU. O que aconteceu foi que o programa foi sendo apresentado até janeiro de 2016, altura em que se prorrogou o programa com o compromisso de se melhorar. Não foi feito e chegou-se a janeiro de 2017, em que é apresentado aos Vereadores exatamente o mesmo programa. O executivo permanente não tinha interesse nenhum em alterar o programa, por isso não fazia sentido contactá-lo, nem sequer discuti-lo com a oposição, é assim há 4 anos. E foi esta a base de partida: não querem alterar o programa, então vamos pegar nele e melhorá-lo.

Não interessa discutir porque o Vereador Logrado já disse que na sua proposta já estão todas. Não vale a pena reunir.

O seu sentido sempre foi agrupar e aglutinar tudo, e estava longe de pensar que houvesse duas propostas, pelo menos não tinha ficado com essa ideia quando falou como Vereador Logrado.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que defende a utilização da técnica dos 3 m's: mudar o que está mal, melhorar o que está bem e manter o que está ótimo. Mais uma vez apelou a que se agregue tudo e se faça um documento único.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** esclareceu que na elaboração da proposta teve em atenção tudo o que estava para trás. Gostaria de ter ido mais fundo, mas não foi por questões de legalidade, de celeridade e até para não ferir suscetibilidades em função das anteriores declarações de voto.

A proposta que apresenta contempla tudo, sem exceção, da outra proposta, salvo o número de postos de trabalho, mas não quer dizer que não tenha margem de manobra, porque tem, e só nesse sentido é que se dispõe a retirá-la e a reunir, conforme sugere o Sr. Vereador Santos.

O **Sr. Presidente** perguntou ao Sr. Vereador Carlos Logrado se mantém a sua proposta, apesar de ele lhe ter dito que é um regulamento e não um programa.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** respondeu que sim, mantém a proposta.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

O **Sr. Vereador António Santos** anunciou que como não vai haver consenso, se irá abster na votação das duas propostas.

§§§§§§§§§§§§§§§§§§

Tendo em conta o adiantado da hora, o **Sr. Presidente** interrompeu a reunião, para almoço, que decorreu das 14:00 horas às 15:15 horas.

A votação do ponto 3º só ocorreu no período da tarde.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** não votou este ponto, porque teve que ir à PSP prestar declarações e só chegou à reunião às 15:35 horas.

O **Sr. Presidente** referiu que tendo em conta que não se iam fundir as duas propostas, ir-se-á votar cada uma delas, pelo que deu a palavra ao Sr. Vereador Carlos Logrado para apresentar a sua proposta.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** explicou a proposta e os seus objetivos.

O **Sr. Presidente** perguntou se alguém se queria pronunciar sobre a mesma, mas ninguém o fez.

Referiu que ainda continua a considerar que a proposta é um regulamento, porque está a regulamentar o que está na lei e porque não é esta a forma de o apresentar. Convidou o Sr. Vereador Logrado a apresentá-la como regulamento, o Sr. Vereador não considerou esta hipótese e daí não se vai pronunciar sobre o seu conteúdo e não vai votá-la sobre esta forma. Na sua opinião é um regulamento, porque regula matérias, e assim não a votará.

**Seguidamente o Sr. Presidente colocou a votação a proposta apresentada pelo Sr. Vereador Carlos Logrado.**

58 - Presente a proposta denominada “Programa de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo”, apresentada pelo Sr. Vereador Carlos Logrado, cujo conteúdo se dá por integralmente reproduzido e que fica a fazer parte integrante da presente ata.

**Colocada a votação, a proposta foi rejeitada, com 3 votos contra, dos Srs. Vereadores Vítor Pereira e Aurélio Ferreira, e do Sr. Presidente, 2 abstenções, da Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira e do Sr. Vereador António Santos, e 1 voto a favor do Sr. Vereador Carlos Logrado.**

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** proferiu a seguinte declaração de voto:

*“Voto favoravelmente porque o programa agora apresentado é abrangente, discrimina favoravelmente o que interessa ao concelho e aos trabalhadores da Marinha Grande e*

*integra todas as variáveis presentes nos regulamentos antes em vigor, no reprovado em fevereiro de 2016 e no que será apresentado no seguinte número da agenda de trabalho desta reunião.*

*Esta foi uma tentativa de rapidamente ultrapassar o impasse pela não apresentação atempada de uma evolução ao programa anteriormente em vigor, de forma a que as empresas e os munícipes da Marinha Grande não fossem prejudicados pela dificuldade de diálogo da Câmara Municipal."*

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*"É um programa extremamente burocrático, complicando a sua interpretação e a dificuldade das empresas discernirem como podem usufruir deste programa.*

*Não está testado, e como tal, não conhecemos quais os resultados. Poderá acontecer algo como aconteceu no RMEU, que incluímos o parâmetro "L" que se verificou estar completamente desajustado.*

*Apresentámos uma proposta, que tentamos ser subscrito por o máximo de vereadores possível e que é um melhoramento da que tem sido aprovada, sobretudo alargando a mais atividades económicas.*

*O Sr. Presidente diz que esta proposta na forma que está é ilegal por não ser um programa, mas sim um regulamento.*

*Por estas razões voto contra."*

**O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*"Eu voto contra por duas razões fundamentais:*

*1.ª – porque sou subscritor de uma outra proposta que me parece satisfazer as necessidades no que concerne ao apoio ao emprego e ao empreendedorismo no concelho da Marinha Grande;*

*2.ª – porque a presente proposta é efetivamente um regulamento. É um regulamento e não foram cumpridas as regras relativamente a este tipo de documentos. O documento em causa está ferido de ilegalidade tendo em consideração que prevê a isenção de taxas, a atribuição de passes gratuitos e a atribuição de subsídios a empresas, sendo que muito concretamente a isenção de taxas ou qualquer alteração nesta matéria é da competência da Assembleia Municipal.*

*Pelos motivos invocados não poderia deixar de votar contra a proposta."*

**A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira leu a sua declaração de voto.**

**O Sr. Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:**

*"Considero o documento apresentado um regulamento, motivo pelo qual voto contra, porque a competência para aprovar regulamentos é da Assembleia Municipal e não da Câmara (artigo 25.º, n.º 1, alínea g) da Lei n.º 75/2013).*

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

*Voto contra porque a elaboração de regulamentos deve obedecer às regras previstas no Código do Procedimento Administrativo, prática que temos seguido em recentes deliberações que têm sido aprovadas por unanimidade."*

**31 - "PROGRAMA DE APOIO AO EMPREGO E EMPREENDEDORISMO NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE". – PROPOSTA APRESENTADA PELOS SRS. VEREADORES ALEXANDRA DENGUCHO, ANTÔNIO SANTOS, AURÉLIO FERREIRA E VÍTOR PEREIRA**

59 - Presente a proposta denominada "Programa de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo no Concelho da Marinha Grande", subscrita pelos Srs. Vereadores Alexandra Dengucho, António Santos, Aurélio Ferreira e Vítor Pereira, cujo conteúdo se dá por integralmente reproduzido e que fica a fazer parte integrante da presente ata.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 3 votos a favor, dos Srs. Vereadores Vítor Pereira, Aurélio Ferreira, e da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho, 3 abstenções, do Sr. Vereador António Santos, da Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira e do Sr. Presidente, e 1 voto contra, do Sr. Vereador Carlos Logrado.

O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:

*"Abstive-me porque entendo que um documento desta natureza devia ter unanimidade na sua votação.*

*A população marinhense ligada à indústria e ao comércio devia ter da nossa parte um documento digno com todos os pressupostos da técnica dos 3 m's: m de mudar, m de melhorar e m de manter.*

*Como isso não aconteceu eis a razão da minha abstenção."*

O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:

*"O programa que agora se aprova é, grosso modo, igual àquele que vigora na Marinha Grande de há 4 anos a esta parte. A análise do histórico demonstra que não serviu os interesses do Município nem contribuiu para o melhoramento da qualidade do emprego criado.*

*É verdade que alarga os incentivos a todos os setores de atividade e isto é claramente positivo face ao que anteriormente existiu, no entanto não tem abrangência nem audácia suficiente para ombrear com outros programas e regulamentos existentes em muitos dos concelhos de Portugal.*

*Perdeu-se a oportunidade para nos impormos como referência a nível nacional e nos diferenciarmos de outras paragens.*

*Não está em sintonia com o dinamismo dos nossos empresários nem com a qualidade dos nossos trabalhadores."*

O Sr. Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:

*"Abstemo-nos porque esta deliberação permite, na prática, a continuidade com outro nome do programa de apoio ao investimento industrial.*

*A proposta que não foi aprovada na última reunião foi essencialmente copiada e alterada para pior.*

*Não votamos a favor porque temos sérias dúvidas que a deliberação seja legal quando alarga os benefícios a todas as "unidades económicas" (são as vossas palavras), em que cabem as indústrias, mas cabe tudo o resto.*

*Não vemos como é que as alíneas do regulamento municipal de urbanização que são invocadas permitem a consideração de outras atividades económicas, além de indústrias, armazéns e turismo.*

*Temos sérias dúvidas que nessa parte a deliberação aprovada seja legal, para não dizer mesmo, que nessa parte é ilegal.*

*O programa aprovado permite beneficiar a indústria, como temos defendido, e por uma razão de mera lógica: os grandes investimentos de construção ou ampliação de pavilhões são destinados à indústria e não a outras atividades económicas. Esta era a nossa proposta.*

*Discordamos que o turismo passe a estar obrigado a criar postos de trabalho permanentes, quando não estava, para poder beneficiar de isenção ou redução de taxas. Os vereadores da CDU, do MPM e do PSD pretendem que seja assim, nós discordamos.*

*Os investimentos no turismo devem ser avaliados com base em critérios diferentes. Nós apoiamos o investimento no turismo. Esta deliberação trava o investimento no turismo."*

### **32 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE FEVEREIRO E MARÇO DE 2017 NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.**

60 - Assumindo o protagonismo que detém na memória e identidade marinhenses, pretende-se que a Casa da Cultura - Teatro Stephens venha a determinar os espíritos criativos locais, a promover e a incentivar a partilha de saberes e experiências, e a potenciar os horizontes de todos os que se revêem numa programação regular, eclética e enriquecedora. Acima de tudo trabalhar para que este equipamento seja um pólo de desenvolvimento cultural e um garante na formação de públicos, fundamentais na sua sustentabilidade futura. Nesse sentido propomos que a programação apresentada sendo balizada por princípios de rigor orçamental, permita dar a conhecer ao público marinhense projetos que se destaquem na cena cultural local, regional e/ou nacional. Por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo que os espetáculos referidos no quadro seguinte já se encontram em fase de adjudicação fazendo parte da proposta de programação para os meses que constituem o 1.º semestre de 2017 e de fixação de preço de bilhetes de ingresso – 1/2/2017 de 10.01.17, teve o correspondente despacho da Sr.ª Vereadora da Cultura, Dr.ª Cidália Ferreira datado de 18 de janeiro;

O Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente o seu artigo 6.º, refere que este é um equipamento cultural sob gestão da Câmara Municipal, e o n.º 9 artigo 26.º define que o preço dos bilhetes, a fixar por deliberação da Câmara Municipal, está limitado a um preço mínimo de 1 euros e a um preço máximo de 30€;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados;

Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”;

Propõe-se a fixação dos preços para os bilhetes de ingresso nos eventos de fevereiro e março de 2017 na CCTS, de acordo com a seguinte tabela:

FEVEREIRO	ÁREA ARTÍSTICA	ARTISTA / PROJETO	CACHET + IVA	PROPOSTA PREÇO BILHETE
16 – 21h30	TEATRO	CAVEMAN C/ JORGE MOURATO	2.500,00 + IVA	8€
21 (escolas) 24 – 21h30	TEATRO	NÃO CHOVE DE BAIXO PARA CIMA C/ SANDRA JOSÉ Integrado Roteiro “Cidadania em Portugal”	1.800,00 (3 sessões)	Gratuito
MARÇO				
19 – 16h00	MÚSICA	LUISA OLIVEIRA CONVIDA CARLOS GUILHERME	1.950,00 + IVA	8€

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os montantes dos bilhetes para entrada nos espetáculos de fevereiro e março de 2017 que vão decorrer na Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

### 33 - ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NO MUSEU DO VIDRO – PVMG - PROJECTOS DE VIDA, COOPERATIVA SOCIAL, CULTURAL E LÚDICA SÉNIOR DA MARINHA GRANDE, CRL

61 - Presente pedido de isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro remetido pela PVMG - Projectos de Vida, Cooperativa Social, Cultural e Lúdica Sénior da Marinha Grande CRL, datado de 02 de janeiro de 2017. E com o registo de entrada E/256/2017. A visita será realizada no âmbito de um encontro de universidades seniores, e encontra-se agendada para o dia 17 de fevereiro de 2017.

Considerando que:

- De acordo com o n.º 1 do artigo 2.º do Código Cooperativo, as cooperativas são pessoas coletivas sem fins lucrativos;
- A alínea b), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentas do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela *"(...) as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas se sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários."*;
- A alínea e) do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que *"nos museus municipais ficam isentos de pagamento das taxas de ingresso as visitas organizadas (...) por entidades legalmente constituídas por reformados, pensionistas e idosos."*;
- Define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária;
- Em anexo se encontra cópia da escritura de constituição da cooperativa e respetivos estatutos, publicada no Portal da Justiça a 24 de setembro de 2014, na qual se pode ler no artigo 4.º que a mesma tem por objeto *"promover a educação ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o bem-estar e saúde da população sénior e comunidade"*;
- Que com este documento está comprovada a natureza jurídica e a finalidade da entidade PVMG – Projectos de vida, Cooperativa Social, Cultural e Lúdica Sénior da Marinha Grande CRL.
- A entidade tem sede no concelho.

A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta, que se insere nas suas competências próprias atribuídas pelo n.º 6 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, e delibera isentar, ao abrigo do previsto no art.º 14.º, n.º 3, alínea b) e n.º 4, alínea e) do mesmo artigo, do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município da Marinha Grande, a PVMG - Projectos de Vida, Cooperativa Social, Cultural e Lúdica Sénior da Marinha Grande CRL do pagamento de taxas de ingresso no Museu do Vidro, no dia 17 de fevereiro de 2017, para um total de cerca de cinquenta e cinco pessoas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**34 - REABILITAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E DE BEBIDAS DO JARDIM LUIS DE CAMÕES – CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2017. DELIBERAÇÃO INICIAL.**

62 - Presente informação com a ref.ª 04G/MO/2017 e projeto de execução, cuja coordenação foi assegurada pela Divisão de Ordenamento do Território, composto por peças desenhadas e peças escritas, nomeadamente projeto de execução, memória descritiva e justificativa, caderno de encargos (cláusulas técnicas cláusulas gerais), programa de procedimento, plano de segurança e saúde, mapa de quantidades e orçamento, plano de prevenção e gestão de resíduos referentes à obra em epígrafe.

O estabelecimento de restauração e de bebidas do Jardim Luís de Camões carece de uma intervenção urgente para adequação a normas legais e regulamentares aplicáveis, de salubridade e segurança contra o risco de incêndio, correção de deficiências físicas e funcionais de utilização, renovação das suas infraestruturas, materiais de revestimento e arranjos exteriores.

O preço base do concurso é de 219.921,73 euros e o prazo de execução é de 180 dias.

A Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 16.º, n.º 1, alínea b), 19.º, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) escolher o procedimento de concurso público, em função do valor estimado do contrato, de acordo com o orçamento que integra o projeto de execução;
- c) autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato;
- d) aprovar as peças do procedimento (programa do procedimento, caderno de encargos e projeto de execução), que passam a integrar o processo administrativo;
- e) designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição: Mauro Oliveira (Presidente), Miguel Figueiredo (Vogal), Cláudia Mota (Secretária) e como suplentes Cristina Silva e Margarida Abraúl.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**35 - REABILITAÇÃO E PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO LARGO DA REPÚBLICA - VIEIRA DE LEIRIA - CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2016 – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS DOS TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES E TRABALHOS A MAIS, A PREÇOS ACORDADOS, APROVADOS EM 05/12/2016.**

63 - Presente informação com referência I.A.02/2017, de 19 de janeiro, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se propõe:

✓ A aprovação do preço final dos trabalhos de suprimento de erros e omissões do caderno de encargos a preços acordados, no valor de 1.967,00€ (mil novecentos e sessenta e sete euros), o que representa um acréscimo de 666,00€ (seiscentos e sessenta e seis euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, que correspondem a 1,17% do valor da adjudicação, que é de 168.825,85€ (cento e sessenta e oito mil, oitocentos e vinte e cinco euros e oitenta e cinco centimos) ao abrigo do disposto do n.º 1 do artigo 376º do CCP;

✓ A aprovação do preço final dos trabalhos a mais a preços acordados, no valor 14.837,00€ (catorze mil, oitocentos e trinta e sete euros), o que representa um acréscimo de 6.309,40€ (seis mil, trezentos e nove euros e quarenta centimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, que correspondem a 8,79% do valor da adjudicação, que é de 168.825,85€ (cento e sessenta e oito mil, oitocentos e vinte e cinco euros e oitenta e cinco centimos) ao abrigo do disposto no artigo 373º, n.º 1, alínea b) do CCP;

✓ A concessão de uma prorrogação por 15 (quinze) dias, ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 373º do CCP, para execução dos trabalhos de suprimento de erros e omissões do caderno de encargos e trabalhos a mais, que implica a prorrogação do prazo inicial.

Assim, a Câmara Municipal, em conformidade com o proposto pelos serviços e nos termos do artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e dos artigos 376º, 370º, 374º e 377º, todos do Código dos Contratos Públicos, no âmbito do contrato de empreitada de "Reabilitação e promoção da acessibilidade no largo da República - Vieira de Leiria", em que é cocontratante a empresa Franco & Ruben, Construções, Ld.ª, delibera aprovar:

A) O preço final dos trabalhos de suprimento de erros e omissões do caderno de encargos a preços acordados, no valor de 1.967,00€ (mil novecentos e sessenta e sete euros), o que representa um acréscimo de 666,00€ (seiscentos e sessenta e seis euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, que correspondem a 1,17% do valor da adjudicação, que é de 168.825,85€ (cento e sessenta e oito mil, oitocentos e vinte e cinco euros e oitenta e cinco centimos) ao abrigo do disposto do n.º 1 do artigo 376º do CCP;

B) O preço final dos trabalhos a mais a preços acordados, no valor 14.837,00€ (catorze mil, oitocentos e trinta e sete euros), o que representa um acréscimo de 6.309,40€ (seis mil, trezentos e nove euros e quarenta centimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, que correspondem a 8,79% do valor da adjudicação, que é de 168.825,85€ (cento e sessenta e oito mil, oitocentos e vinte e cinco euros e oitenta e cinco centimos) ao abrigo do disposto no artigo 373º, n.º 1, alínea b) do CCP;

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

- C) A concessão de uma prorrogação por 15 (quinze) dias, ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 373.º do CCP, para execução dos trabalhos de suprimento de erros e omissões do caderno de encargos e trabalhos a mais da empreitada, que implica a prorrogação do prazo inicial.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - REQ. N. 49/17, DATADO DE 13/01/2017 – PC N.º 339/15, DATADO DE 21/09/2015 – MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA

64 - Presente requerimento n.º 49/17, datado de 2017/01/13, constante do processo camarário n.º 339/15, subscrito por MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA, com o NIF 219677670, com residência em Rua das Saudades, n.º 12, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Construção de um edifício de habitação com 8 fogos e muros de vedação”*, a levar a efeito num prédio rústico sito na Rua António Sousa, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19786, e inscrito na respetiva matriz sob o artigo número 6218, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2015/11/26.  
Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2017/01/19, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de *“Construção de um edifício de habitação com 8 fogos e muros de vedação”*, a levar a efeito num prédio rústico sito na Rua António Sousa, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19786, e inscrito na respetiva matriz sob o artigo número 6218, com o número de processo 339/15, com data de entrada em 2015/09/21, apresentado por MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA, com o NIF 219677670, com residência em Rua das Saudades, n.º 12, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. O passeio e gare de estacionamento a executar junto da rua António de Sousa, deverão observar as seguintes condições:
  - Os materiais para a pavimentação do passeio deverão ser em blocos retangulares de betão da cor de areia (0,20mx0,10x0,06m), assentes em base de “Tout-Venant” com 0,15m de espessura e lancil de betão com uma espessura de 0,12m.
  - Os materiais para a pavimentação do estacionamento deverão ser em blocos retangulares de betão (0,20mx0,10mx0,08m), assentes em base de “Tout-Venant” com 0,20m de espessura e lancil de betão de gare com uma espessura de 0,08m.

2. Cedência de uma parcela de terreno, na parte confinante com a Rua do Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras com a área de 510,00 m2 para arruamentos e passeios e de uma parcela de terreno na parte confinante com a Rua António de Ousa, com a área de 175,70 m2, destinada a estacionamento e passeios, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.
3. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea *a)* do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
4. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - REQ. N. 1995/16, DATADO DE 24/11/2016 – PC N.º 486/16, DATADO DE 24/11/2016 – MARISA ISABEL PIMENTA GOMES

65 - Presente requerimento n.º 1955/16, datado de 2016/11/24, constante do processo camarário n.º 486/16, subscrito por MARISA ISABEL PIMENTA GOMES, com o NIF 224316990, residente em Largo da Alegria, n.º 14, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “Demolição de habitação existente e construção de habitação unifamiliar”, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua das Flores, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20229 e inscrito na matriz sob o artigo número 20126-P.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/12/27, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “*Demolição de habitação existente e construção de habitação unifamiliar*”, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua das Flores, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20229 e inscrito na matriz sob o artigo número 20126-P, com o número de processo 486/16, com data de entrada em 2016/11/24, apresentado por MARISA ISABEL PIMENTA

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

GOMES, com o NIF 224316990, residente em Largo da Alegria, n.º 14, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 65,10m2, ao longo das frentes do prédio confinantes com a rua António Campos Júnior, rua das Flores e rua Ferreira Custódio Júnior, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “*Implantação*”, com o “*Desenho n.º 2*”, datada de novembro de 2016, entregue a coberto do requerimento n.º 1995/16, datado de 2016/11/24, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.
3. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - REQ. N. 2145/16, DATADO DE 23/12/2016 — PC N.º 624/2016, DATADO DE 23/12/2016 — BOURBON AUTOMOTIVE PLASTICS MARINHA GRANDE, S.A.

66 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 2145/16, datado de 23/12/2016, apresentado por BOURBON AUTOMOTIVE PLASTICS MARINHA GRANDE, S.A., com o NIPC 502680733, com sede na Zona Industrial — Casal da Lebre, freguesia e concelho da Marinha Grande, solicitando a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento, sito na rua da Grécia lotes 37-C e D, na Zona Industrial da Marinha Grande, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública, sendo que as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, procederam à prorrogação do prazo e à extensão do âmbito e do regime inicialmente estabelecidos para apresentação dos processos de regularização.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

ara o efeito, deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, conseqüentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização a sociedade BOURBON AUTOMOTIVE PLASTICS MARINHA GRANDE, S.A., com o NIPC 502680733, com sede na Zona Industrial – Casal da Lebre, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento industrial, sito na rua da Grécia lotes 37-C e D, na Zona Industrial da Marinha Grande, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considerando que:

- A sociedade BOURBON AUTOMOTIVE PLASTICS MARINHA GRANDE, S.A., com o NIPC 502680733, com sede na Zona Industrial – Casal da Lebre, freguesia e concelho da Marinha Grande, possui um estabelecimento industrial que se dedica à montagem e pintura de peças Plásticas, cuja unidade industrial pretende ampliar;
- A ampliação destina-se a adequar as atuais instalações a novos critérios regulamentares e legais relativos a segurança contra incêndios, melhorando as condições de trabalho nas instalações existentes;
- Depois de ampliada a unidade industrial em questão verificar-se-á um índice de ocupação de 0,553, uma percentagem de impermeabilização de 92,5 %, uma área de estacionamento correspondente a 8,6% da área de construção e um afastamento frontal inferior a 15,0 m;
- Por se localizar num espaço abrangido pelo Plano de Pormenor da Zona Industrial da Marinha Grande, verifica-se que estes valores violam o disposto nas alíneas a), f), g) e h) do artigo 2º do regulamento deste Plano, que estabelece, respetivamente, um índice de ocupação de 0,5, uma percentagem de impermeabilização de 65 %, uma área de estacionamento correspondente a 10% da área de construção e um afastamento frontal de 15,0 m;
- A sociedade iniciou a sua atividade nestas instalações em 2010, integrando o grupo Plastivaloire, o qual conta com 26 empresas em 9 países, estando esta unidade integrada num conjunto de 14 que fornecem em exclusivo a indústria automóvel;
- Foi distinguida pelo grupo PSA (Peugeot-Citroen) como uma das suas melhores fornecedoras;
- Emprega mais de 300 pessoas nos seus quadros;
- A deslocalização do estabelecimento traria custos inportáveis que, de acordo com a interessada, para além de ascenderem aos 10.000.000,00 €, inviabilizariam a sua continuação no País;
- A ampliação em causa destina-se a garantir melhores condições de segurança e proporcionar melhores condições de produção;
- A sua manutenção é, também, garantia da manutenção dos postos de trabalho, circunstância relevante numa época em que o desemprego continua a assumir valores muito elevados;
- Todos esses fatores contribuem para que a ampliação, já descrita, do estabelecimento assuma um interesse público municipal que importa reconhecer;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

A Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do estabelecimento industrial - correspondente à unidade sita na rua da Grécia, nos Lotes 37 C e D da Zona Industrial da Marinha Grande, propriedade de BOURBON AUTOMOTIVE PLASTICS MARINHA GRANDE, S.A., com o NIPC 502680733, com sede na Zona Industrial – Casal da Lebre, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

### 39 - ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO DE CANDIDATURAS PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL – 2017

67 - Presente informação n.º 136 /2017 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 525/2015, datado de 12 de novembro de 2015, relativa à proposta de admissão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento. Foram rececionadas as seguintes candidaturas para apoio a projetos, actividades ou infraestruturas na área social:

REGISTO	DATA DE ENTRADA	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO
E/8137/2016/2	28/09/2016	505933870	ADESER II	Apoio Social à CPCJ	Anual
E/8251/2016	29/09/2016	502870419	ASURPI	Atividade Cultural e Intercâmbios da Universidade Sénior	Pontual
E/8255/2016	29/09/2016	502870419	ASURPI	Almoço de Natal	Pontual
E/8264/2016	29/09/2016	502870419	ASURPI	Gala de Dança Sénior	Pontual
E/8276/2016	29/09/2016	501061029	Assoc. Dadores Benévolos de Sangue	Plano de Atividades 2017	Anual
E/8285/2016	30/09/2016	501129430	A.P.D.	Plano de Atividades 2017	Anual
E/8406/2016	04/10/2016	504058550	APDP	Encontros Terapêuticos com Parkinson (sessões de terapia da fala e terapia ocupacional)	Anual
INFRAESTRUTURAS					
E/8330/2016	30/09/2016	506617939	S. Silvestre	Instalação de caixilharias e portas em alumínio nas futuras instalações do SAD e Centro de Dia – 1.ª fase	Infraestruturas

A ASURPI – Associação Sindical União de Reformados Pensionistas, através dos escritórios com os registos de entrada E/9718/2016, de 18 de novembro e E/9943/2016, de 25 de novembro apresentou a desistência das candidaturas com os seguintes respetivos registos de entrada E/8262/16 e E/8249/16.

As candidaturas foram avaliadas e classificadas nos termos do disposto no artigo 13.º e 14.º do regulamento, tendo-se obtido os seguintes resultados:

Atividades Anuais

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8137/2016/2	505933870	ADESER II	Apoio Social à CPCJ	32,2
E/8251/2016	502870419	ASURPI	Atividade Cultural e Intercâmbios da Universidade Sénior	28,4
E/8276/2016	501061029	Assoc. de Dadores Benévolos de Sangue do concelho da Marinha Grande	Plano de Atividades de 2017	31
E/8285/2016	501129430	A.P.D.	Plano de Atividades de 2017	32
E/8406/2016	504058550	A.P.D.P.	Encontros Terapêuticos com Parkinson (sessões de terapia da fala e terapia ocupacional)	27,2

Atividades Pontuais:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8255/2016	502870419	ASURPI	Almoço de Natal	26
E/8264/2016	502870419	ASURPI	Gala de Dança Sénior	29,8

Infraestruturas

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8330/2016	506617939	S. SILVESTRE	Instalação de caixilharias e portas em alumínio nas futuras instalações do SAD e Centro de Dia – 1.ª Fase	32

A classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento. Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos. Considerando ainda que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal propõe-se, em função da classificação final obtida em sede de avaliação, propõe-se a admissão das seguintes candidaturas:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

Atividades Anuais:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8137/2016/2	505933870	ADESER II	Apoio Social à CPCJ	32,2
E/8251/2016	502870419	ASURPI	Atividade Cultural e Intercâmbios da Universidade Sénior	28,4
E/8276/2016	501061029	Assoc. de Dadores Benévolos de Sangue do concelho da Marinha Grande	Plano de Atividades de 2017	31
E/8285/2016	501129430	A.P.D.	Plano de Atividades de 2017	32
E/8406/2016	504058550	A.P.D.P.	Encontros Terapêuticos com Parkinson (sessões de terapia da fala e terapia ocupacional)	27,2

Atividades Pontuais:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8255/2016	502870419	ASURPI	Almoço de Natal	26
E/8264/2016	502870419	ASURPI	Gala de Dança Sénior	29,8

Infraestruturas

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8330/2016	506617939	S. SILVESTRE	Instalação de caixilharias e portas em alumínio nas futuras instalações do SAD e Centro de Dia – 1.ª Fase	32

A Câmara Municipal analisou a proposta da DCD e delibera ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8137/2016/2	505933870	ADESER II	Apoio Social à CPCJ	32,2	Admitir
E/8251/2016	502870419	ASURPI	Atividade Cultural e Intercâmbios da Universidade Sénior	28,4	Admitir
E/8285/2016	501129430	A.P.D.	Plano de Atividades de 2017	32	Admitir
E/8276/2016	501061029	Assoc. de Dadores Benévolos de Sangue do concelho da Marinha Grande	Plano de Atividades de 2017	31	Admitir
E/8330/2016	506617939	S. SILVESTRE	Instalação de caixilharias e portas em alumínio nas futuras instalações do SAD e Centro de Dia – 1.ª Fase	32	Admitir
E/8406/2016	504058550	A.P.D.P.	Encontros Terapêuticos com Parkinson (sessões de terapia da fala e terapia ocupacional)	27,2	Admitir

Delibera ainda, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8255/2016	502870419	ASURPI	Almoço de Natal	26	Admitir
E/8264/2016	502870419	ASURPI	Gala de Dança Sénior	29,8	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

*"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.*

*A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendo abster-me nesta votação."*

**40 - ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO DE CANDIDATURAS PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL EM 2017 – CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE**

68 - Presente informação n.º 113/2017 da DCD, datada de 20 de janeiro de 2017, bem como relatório da comissão de apreciação das candidaturas a apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nomeada através do Despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 331/2016, datado de 23 de agosto, relativa à proposta de admissão da candidatura da Casa do Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

A classificação da candidatura apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no nº 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.

REGISTO	DATA DE ENTRADA	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO
E/8280/2016	30/09/15	504190466	Casa do Pessoal da CMMG	Festa de Natal	Pontual

Nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

Após a avaliação efetuada, foi obtido o seguinte resultado:

Atividades Pontuais:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8280/2016	504190466	Casa do Pessoal da CMMG	Festa de Natal	27,5

Atendendo a que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal propõe-se, em função da classificação final obtida em sede de avaliação, a admissão da seguinte candidatura:

**Atividades Pontuais:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8280/2016	504190466	Casa do Pessoal da CMMG	Festa de Natal	27,5

A candidatura admitida fica selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente conforme disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Em anexo é apresentado o relatório da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a respetiva grelha de avaliação, com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente

**Atividades Pontuais**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8280/2016	504190466	Casa do Pessoal da CMMG	Festa de Natal	27,5	Admitir

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**41 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO E EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS – ÁREA CULTURAL**

69 - Presente informação n.º 140 /2017 da DCD, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

Municipal da Marinha Grande n.º 525/2015, datado de 12 de novembro de 2015, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento. Foram rececionadas as seguintes candidaturas para apoio a projetos, atividades ou infraestruturas na área cultural:

REGISTO	DATA DE ENTRADA	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO
E/8065.2/16	30/09/2016	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Biblioteca Infantil – Conta-me uma história	Pontual
E/8065.1/16	30/09/2016	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Baile Tradicional da Flor	Pontual
E/8065.3/16	30/09/2016	501459472	BIP - Biblioteca de Instrução Popular	Concurso de Poesia	Pontual
E/8387/2016 E/8388/2016 E/9985/2016	03/10/2016 17 /11/2016	510522173	Clube dos Músicos da Marinha Grande	Vamos dar Música à Marinha	Anual
E/9673/2016	21/11/2016	501150544	Sporting Clube Marinhense	Festa da Embra 2017	Pontual
E/9848/2016	17/11/2016	501623051	Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro	Gala de Encerramento das Comemorações do 78.º aniversário	Pontual
E/8653/2016	13/10/2016	501417702	Sport Operário Marinhense	Atividade anual departamento de Música	Anual
E/8654/2016	13/10/2016	501417702	Sport Operário Marinhense	Atividade anual departamento de Dança	Anual
E/8655/2016	13/10/2016	501417702	Sport Operário Marinhense	Encenação de peça de Teatro	Anual
<b>INFRAESTRUTURAS</b>					
E/8389/2016 E/9984/2016	03/10/2016	510522173	Clube dos Músicos da Marinha Grande	Aquisição de mobiliário e equipamento de som e luz	Infraestruturas

A BIP - Biblioteca de Instrução Popular, através de mail com a E/290/2017, apresentou a desistência das candidaturas com as entradas E/8065.2/2016, 8065.1/2016 e /8065.3/2016.

As restantes candidaturas foram avaliadas e classificadas nos termos do disposto no artigo 13.º e 14.º do regulamento, tendo-se obtido os seguintes resultados:

**Atividades Anuais:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8387/2016 E/8388/2016 E/9985/2016	510522173	Clube dos Músicos da Marinha Grande	Vamos dar Música à Marinha	32,6
E/8653/2016	501417702	Sport Operário Marinhense	Atividade anual departamento de Música	35
E/8654/2016	501417702	Sport Operário Marinhense	Atividade anual departamento de Dança	32,6
E/8655/2016	501417702	Sport Operário Marinhense	Encenação de peça de Teatro	36,8

Atividades Pontuais:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/9673/2016	501150544	Sporting Clube Marinhense	Festa da Embra 2017	25,2
E/9848/2016	501623051	Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro	Gala de Encerramento das Comemorações do 78º aniversário	29,2

Infraestruturas:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8389/2016 E/9984/2016	510522173	Clube dos Músicos da Marinha Grande	Aquisição de mobiliário e equipamento de som e luz	30,6

A classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.

Considerando o estabelecido no artigo 10.º do regulamento, o enquadramento do pedido de apoio financeiro do Clube dos Músicos da Marinha Grande para aquisição de equipamento de som e luz face ao programa de apoio não é adequado. Tendo em conta que o equipamento se destina ao desenvolvimento do plano de atividades anuais da entidade em 2017, o enquadramento do pedido de apoio terá de ser enquadrado no âmbito do programa de apoio a atividades anuais.

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

Considerando ainda que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal propõe-se, em função da classificação final obtida em sede de avaliação, propõe-se a admissão das seguintes candidaturas:

Atividades Anuais:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8387/2016 E/8388/2016 E/9985/2016	510522173	Clube dos Músicos da Marinha Grande	Vamos dar Música à Marinha	32,6
E/8653/2016	501417702	Sport Operário Marinhense	Atividade anual departamento de Música	35
E/8654/2016	501417702	Sport Operário Marinhense	Atividade anual departamento de Dança	32,6
E/8655/2016	501417702	Sport Operário Marinhense	Encenação de peça de Teatro	36,8
E/8389/2016 E/9984/2016	510522173	Clube dos Músicos da Marinha Grande	Aquisição de mobiliário e equipamento de som e luz	30,6

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

Atividades Pontuais:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/9673/2016	501150544	Sporting Clube Marinhense	Festa da Embra 2017	25,2
E/9848/2016	501623051	Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro	Gala de Encerramento das Comemorações do 78º aniversário	29,2

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8387/2016 E/8388/2016 E/9985/2016	510522173	Clube dos Músicos da Marinha Grande	Vamos dar Música à Marinha	32,6	Admitir
E/8653/2016	501417702	Sport Operário Marinhense	Atividade anual departamento de Música	35	Admitir
E/8654/2016	501417702	Sport Operário Marinhense	Atividade anual departamento de Dança	32,6	Admitir
E/8389/2016 E/9984/2016	510522173	Clube dos Músicos da Marinha Grande	Aquisição de mobiliário e equipamento de som e luz	30,6	Admitir

Delibera ainda, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/9673/2016	501150544	Sporting Clube Marinhense	Festa da Embra 2017	25,2	Admitir
E/8655/2016	501417702	Sport Operário Marinhense	Encenação de peça de Teatro	36,8	Admitir
E/9848/2016	501623051	Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro	Gala de Encerramento das Comemorações do 78º aniversário	29,2	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

*"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.*

*A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendo abster-me nesta votação."*

**42 - CANDIDATURAS PARA APOIO OU BENEFÍCIOS A CONCEDER A ENTIDADES DESPORTIVAS - ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO DE CANDIDATURAS RELATIVAS A 2017**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

Na sequência do pedido dos **Srs. Vereadores Aurélio Ferreira, Vítor Pereira e Alexandra Dengucho, a Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** entregou cópia do parecer jurídico relativo à impossibilidade de apoiar as associações depois de decorridos os eventos.

Pediu também a presença da **Chefe da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Dr.ª Catarina Carvalho**, que esteve presente para explicar os procedimentos de apreciação destas candidaturas.

**Seguidamente o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

70 - Presente informação n.º 130/2017 da DCD, datada de 20 de janeiro, bem como os relatórios da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 525/2015, datado de 12 de novembro de 2015, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

Considerando que a classificação da candidatura apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.

Considerando que o Sporting Clube Marinhense apresentou candidaturas com os registos de entrada E/9698/2016 e E/9672/2016, ambas datadas de 11 de novembro, ao programa de apoio a atividades desportivas de caráter pontual, para realização, em 2017, de um “Festival de Patinagem Artística” e de um “Convívio de Minibasquete” e que, de acordo com a entidade, as atividades descritas, que deveriam ter sido realizadas em 2016, não puderam ser concretizadas, por impossibilidade resultante das obras a que as suas instalações foram submetidas;

Considerando que o Sporting Clube Marinhense pretende realizar estas atividades em 2017 em paralelo com outras duas candidaturas apresentadas para o mesmo fim, com os registos de entrada E/9670/2016 e E/9671/2016;

Considerando que a entidade realizou já, no passado dia 21 de janeiro, um Festival de Patinagem;

Considerando que não foi possível, no intervalo de tempo que mediou entre o registo de entrada das candidaturas e a realização do evento, proceder à apreciação, admissão e atribuição do apoio solicitado, no caso particular, para realização do Festival de Patinagem Artística – 2016;

Considerando o teor da informação jurídica de 12 de outubro de 2016, na qual se conclui a impossibilidade de atribuir apoios com efeitos retroativos;

Considerando a proposta a exclusão das candidaturas com os registos de entrada E/9698/2016 e E/9672/2016, ambas datadas de 11 de novembro para realização de um “Festival de Patinagem Artística” e de um “Convívio de Minibasquete”, correspondentes ao ano de 2016;

Considerando, no entanto, que a Câmara Municipal entende não deverem ser atribuídas, às entidades candidatas, responsabilidades pelas eventuais dificuldades de resposta, em tempo útil, por parte dos serviços, relativas à apreciação das candidaturas apresentadas;

Considerando o relatório, grelhas de pontuação e respetiva proposta de admissão em anexo da Comissão de apreciação de candidaturas;

Considerando que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidatura abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

#### Atividades Anuais

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS	PROPOSTA
E/8285/2016	A. Portuguesa Deficientes	501804218	Desporto para Todos	32,6	Admitir

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

Atividades Pontuais:

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS	PROPOSTA
E/8268/2016	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501540563	2 Edição Campeonato Nacional de Patinagem de Velocidade	27,6	Admitir
E/8271/2016	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501540563	8ª Prova de BTT	29,2	Admitir
E/8282/2016	Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	501056467	XIII Torneio Andebol de praia	35,8	Admitir
E/8172/2016	Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	501056467	Festand 2017	32,8	Admitir
E/9228/2016	Grupo Desportivo Casa Água Competição	505233959	OPEN/Concurso Nacional de Pesca	28	Admitir
E/8332/2016	Clube Recreativo Amieirinhense	501163980	7º Grande Prémio de Atletismo	35,4	Admitir
E/8342/2016	Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura	501804218	IV Torneio de Futebol Juvenil	28,2	Admitir
E/8656/2016	Sport Operário Marinhense	501417702	Torneio Xadrez Memorial José Vareda	33,0	Admitir
E/8657/2016	Sport Operário Marinhense	501417702	29º Torneio Voleibol Praia S. Pedro Moel 4º Torneio Voleibol "Super Jovem" 4º Torneio Voleibol "Super Senior"	36,2	Admitir
E/9698/2016	Sporting Clube Marinhense	501150544	Festival Patinagem Artística (2016)	30,2	Admitir
E/9670/2016	Sporting Clube Marinhense	501150544	Festival Patinagem Artística 2017	29,0	Admitir
E/9671/2016	Sporting Clube Marinhense	501150544	Convívio Minibasquete São Martinho	30,2	Admitir
E/9672/2016	Sporting Clube Marinhense	501150544	Convívio Minibasquete (2016)	29,0	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

*"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de*

*uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.*

*A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendo abster-me nesta votação."*

#### **43 - CANDIDATURAS PARA APOIO OU BENEFÍCIOS A CONCEDER A ENTIDADES DESPORTIVAS RELATIVAS A 2017 – AUDIÊNCIA PRÉVIA**

71 - Presente informação n.º 130/2017 da DCD, datada de 20 de janeiro, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 525/2015, datado de 12 de novembro de 2015, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando que nos termos da alínea c), d) e e) do n.º 3 do artigo 12.º do regulamento as candidaturas a apoios financeiros devem ser instruídas com o último relatório de contas, quando a entidade esteja legalmente obrigada a dispor deste documento; ata de aprovação do relatório de contas assinada pelos seus representantes legais e autorizações para consulta da situação tributária e da situação contributiva para a segurança social;

Considerando que o Agrupamento de Escuteiros 1076 de Vieira de Leiria não remeteu a candidatura com estes documentos e o Município da Marinha Grande não os possui em arquivo;

Considerando ainda que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

Considerando que a candidatura com o registo de entrada E/8385/2016 do Grupo Desportivo Casa Águia Competição relativa à Participação em Campeonatos obteve uma pontuação de 13 pontos;

A Câmara Municipal analisou a proposta e:

- a) Considerando que nos termos da alínea c), d) e e) do n.º 3 do artigo 12.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, as candidaturas a apoios financeiros devem ser instruídas com o último relatório de contas, quando a entidade esteja legalmente obrigada a dispor deste documento; ata de aprovação do relatório de contas assinada pelos seus representantes legais e autorizações para consulta da situação tributária e da situação contributiva para a segurança social, delibera determinar, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do CPA-Código de Procedimento, notificar o Agrupamento de Escuteiros 1076 de Vieira de Leiria, em sede de audiência prévia, para, no prazo de 10 dias úteis, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre a intenção de exclusão da candidatura, caso não sejam enviados os documentos acima referidos.
- b) Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos, delibera determinar, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do CPA-Código de Procedimento, notificar o Grupo Desportivo Casa Águia Competição, em sede de audiência prévia, para, no prazo de 10 dias úteis, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre a intenção

de exclusão da candidatura, por a mesma ter obtido uma pontuação global inferior a 25 pontos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**44 - ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II – PROPOSTA DE RESTITUIÇÃO DE APOIO  
FINANCEIRO - PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES**

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que era fundamental que estivesse aqui o parecer jurídico que diz que esta situação é possível.

O **Sr. Presidente** pediu a presença do **Chefe da Divisão Jurídica e de Comunicação, Dr. Miguel Crespo**, para explicar a proposta de pagamento em prestações e a possibilidade de a associação se candidatar a novos apoios.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** colocou as suas questões:

1.<sup>a</sup> – é possível o pagamento nestas 20 prestações?

2.<sup>a</sup> – havendo este compromisso é possível candidatarem-se a novos apoios?

O **Dr. Miguel Crespo** informou que é possível fazer o pagamento em prestações, porque há uma dívida que tem que ser solvida, e poderá ser em prestações, dentro dos limites legais. Em relação à segunda questão, se o pagamento não for efetuado o valor é cobrado em processo de execução fiscal, onde também é admitido o pagamento em prestações e em que a partir de 5.000€ são necessárias garantias, o que faz com que estejam em cumprimento, apesar da dívida.

Na sua opinião pessoal, e em função do valor, teria sido adequado (por a associação não ter património), que se exigisse aos membros da direção declaração em que eles assumiriam o cumprimento em nome da associação, para que a Câmara tenha uma vinculação mais forte para com o pagamento, porque está em causa o interesse público.

Este era o seu entendimento, entrega de declaração com a assunção de dívida. Depois a Sr.<sup>a</sup> Vereadora quis incluir no contrato a assinar uma cláusula em que a pessoa que assina e representa a associação vai assumir esse cumprimento.

**Seguidamente o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

72 - Presente proposta da Associação Novo Olhar II (A.N.O. II) datada de 10 de agosto, que deu entrada no Município da Marinha Grande em 12 de agosto de 2016, com o registo de entrada E/6069/2016, para pedido para reposição do valor do apoio financeiro no montante de 15.000,00€, atendendo a que a Associação Novo Olhar II não possui condições económicas e financeiras que permitam a reposição imediata e integral do mesmo.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

Considerando que, na sequência da deliberação de Câmara de 28 de maio de 2015, foi determinada a reposição, por parte da Associação Novo Olhar II, NIPC 510 280 013, do apoio financeiro atribuído em 2012, no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros), pelo facto de não ter sido efetiva e integralmente demonstrada a sua aplicação às despesas inerentes e decorrentes do trabalho desenvolvido no âmbito do Centro Sócio Sanitário em 2012, nos termos do disposto no art.º 17.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra e n.º 1 do art.º 172.º do C.P.A., tendo a entidade sido notificada para o efeito.

Considerando que a Associação Novo Olhar II se propõe a efetuar a reposição do montante de 15.000,00€ em 20 (vinte) prestações mensais de 750,00 (setecentos e cinquenta euros), sem prejuízo de a qualquer momento a associação poder vir a pagar montantes superiores ou do valor total em dívida, caso tenha condições para tal.

Considerando que a reposição de dinheiros públicos obedece ao disposto nos artigos 36º e seguintes, do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho;

Considerando que, nos termos do artigo 38.º, n.º 1, do citado diploma legal, a reposição poderá ser efetuada em prestações mensais, mediante requerimento fundamentado dos interessados, desde que o prazo de entrega não exceda o ano económico seguinte àquele em que o despacho for proferido;

Considerando que, nos termos do artigo 38.º, n.º 2, do citado diploma legal, em casos especiais, pode ser autorizado um plano de pagamentos que inclua um número de prestações superior ao referido no número anterior, não podendo, porém, cada prestação mensal ser inferior a 5% da totalidade da quantia a repor;

Considerando que as reposições efetuadas nos termos do artigo 38.º do citado diploma legal não estão sujeitas a juros de mora desde que o pagamento de cada prestação seja feito dentro do respetivo prazo.

Considerando que a Associação Novo Olhar II, propõe à Câmara Municipal o pagamento dos 15.000,00 euros em vinte prestações mensais no valor de 750,00 euros cada.

Considerando que, nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, a obrigatoriedade de reposição prescreve no prazo de cinco anos a contar da data em que foi efetuado o pagamento pela Câmara Municipal;

Considerando porém que, quando a entidade assume a dívida, se interrompe a prescrição;

Considerando a reunião efetuada no dia 16 de janeiro de 2017 entre a Associação Novo Olhar II, com a presença do Dr. Carlo Melo e da Dr.ª Ana Patrícia Nobre, e por parte da Câmara Municipal, o Sr. Presidente Paulo Vicente e os Srs. Vereadores Dr.ª Cidália Ferreira, Eng. Aurélio Ferreira e Dr. António Santos, na qual ficou decidido trazer à reunião de

Câmara de 26 de janeiro de 2017 uma proposta de aceitação da reposição da dívida em prestações nos termos da proposta apresentada pela entidade.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo artigos 36.<sup>a</sup>, e n.º 1 e 2 do artigo 38.<sup>a</sup> do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, aceitar a proposta de reposição do valor do apoio financeiro no montante de 15.000,00€ em vinte prestações mensais de 750€ (setecentos e cinquenta euros) cada, a iniciar em janeiro de 2017 e a terminar em agosto de 2018.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **45 - ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO DE CANDIDATURAS PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL – 2017**

73 - Presente informação n.º 158/2017 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 23 de janeiro de 2017, relativa à proposta de admissão da candidatura da Associação Novo Olhar II, nos termos do artigo 13.<sup>o</sup> e 14.<sup>o</sup> do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Presente relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 525/2015, datado de 12 de novembro de 2015.

Considerando que a Associação Novo Olhar II, NIF 510280013, apresentou uma candidatura com o registo de entrada E/8390/2016, datada de 3 de outubro, mas com registo de envio pelo correio de 30 de setembro de 2016, ao programa de apoio a atividades anuais, para o funcionamento do Centro Sócio-sanitário Porta Azul e Loja Social, através de requerimento próprio e instruída de acordo com o regulamento.

Considerando que a comissão de apreciação de candidaturas a apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nomeada através do Despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 331/2016, datado de 23 de agosto, reuniu no dia 23 de janeiro de 2017, conforme orientações da Sr.<sup>a</sup> Vereadora, com vista à avaliação da candidatura acima mencionada, nos termos dos artigos 13.<sup>o</sup> e 14.<sup>o</sup>, tendo sido atribuída a classificação de 30,6 pontos.

Considerando que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.<sup>o</sup> do regulamento.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

Considerando ainda que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal.

Considerando a informação constante na informação n.º 158/2017 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 23 de janeiro de 2017 acerca deste processo.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura da Associação Novo Olhar II, NIF 510280013, com o registo de entrada E/8390/2016, relativa ao Funcionamento do Centro Sócio-sanitário Porta Azul e Loja Social, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

*"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.*

*A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendo abster-me nesta votação."*

#### **46 - RESUMOS DE TESOURARIA**

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia trinta e um de dezembro de dois mil e dezasseis, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **"Total de Disponibilidades": 9.809.506,67 €** (nove milhões, oitocentos e nove mil, quinhentos e seis euros e sessenta e sete cêntimos).

Presente também o resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e cinco de janeiro de dois mil e dezassete, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **"Total de Disponibilidades": 9.580.895,66 €** (nove milhões, quinhentos e oitenta mil, oitocentos e noventa e cinco euros e sessenta e seis cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

74 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
26/01/2017.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 02

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 16:50 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião

O conteúdo da presente reunião fica integralmente registado em suporte digital.
---

Ponto 30

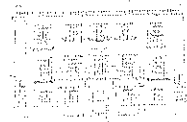


Marinha Grande  
Câmara Municipal

## **Programa de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo**

**Programa de  
Incentivos ao  
Emprego e  
Empreendedorismo**

Marinha Grande, 26 de janeiro de 2017



## **Programa de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo**

Os Municípios dispõem de atribuições específicas no domínio da promoção do desenvolvimento, conforme atesta a alínea m) do nº 2 do artigo 23º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Lei das Autarquias Locais) e que para a execução das referidas atribuições são conferidas aos órgãos municipais competências ao nível do apoio à captação e fixação de empresas, emprego e investimento nos respetivos Concelhos, tal como decorre do disposto na al. ff) do nº 1 do artigo 33º da referida Lei.

A afirmação do concelho da Marinha Grande como uma referência nacional e internacional no empreendedorismo e inovação, sobretudo impulsionada pelo dinamismo dos seus empreendedores e qualidade profissional dos seus trabalhadores, impõe que o Município estimule e potencie essa liderança e contribua de forma pró-ativa para que o concelho beneficie das melhores condições para o empreendedorismo e a criação de emprego.

A transformação do mundo numa “pequena aldeia”, a simplificação de procedimentos, o desenvolvimento tecnológico - sobretudo na área da comunicação - e a oferta de incentivos atrativos para a deslocalização e fixação de empreendedores nos quatro cantos do mundo, fez cair as fronteiras ao empreendedorismo. Hoje a deslocalização de empresas e trabalhadores é uma realidade e a fixação de novos empreendimentos inovadores verifica-se quer em concelhos de Portugal pouco atrativos no passado, quer nas zonas mais recônditas do mundo. Tais constatações obrigam o município a não “dormir” sobre os “louros” conquistados e a transformar-se num parceiro facilitador dos empreendedores e munícipes.

Mais do que palavras de incentivo e ações de sensibilização, os empreendedores esperam do município processos simples, respostas rápidas, custos reduzidos e partilha de riscos na fase de lançamento de novos empreendimentos. Do município não se espera o papel de investidor ou gerador de emprego, mas tão só, o de criador das condições favoráveis ao empreendedorismo e ao emprego, tirando partido da panóplia de incentivos disponíveis e das relações privilegiadas com o Governo do País, da União Europeia e do Mundo.

De igual modo, terminou o tempo em que não era preciso “vender” porque alguém “comprava”. Hoje não basta ter um “Programa de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo”, é preciso divulgá-lo dentro do concelho, nos concelhos limítrofes, no País e no Mundo.

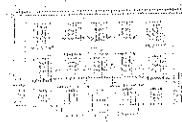
## **Programa de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo**

Embora com tradições industriais, o concelho da Marinha Grande é, cada vez mais, reconhecido como líder de soluções integrais em que a engenharia e o design ombreiam com a produção industrial. É também significativo que o peso do setor dos serviços, a nível concelhio e mundial, seja nos nossos dias superior ao da indústria. De igual forma, é hoje unanimemente aceite que a geração de emprego sustentável não é exclusiva dos grandes empreendimentos e que novos projetos criativos e inovadores – startup de base tecnológica - são os principais indutores de desenvolvimento, independentemente de serem da área económica, social ou outra. O PIEE é por isso extensivo a todas as áreas, setores de atividade e aberto a pessoas coletivas e individuais.

Enquanto gestor responsável da coisa pública, a Câmara tem de assegurar a razoabilidade dos custos dos incentivos concedidos e maximizar os lucros futuros do desenvolvimento induzido pelos incentivos. O PIEE reflete esta preocupação, associando o valor do incentivo, ao crescimento esperado nas principais fontes de receita do município, nomeadamente IMI, IUC, IMT, IRS e Derrama. É reflexo deste equilíbrio, a majoração dos incentivos associados à fixação de morada fiscal no concelho, de empreendedores e trabalhadores.

A lógica do PIEE não é meramente economicista, discrimina positivamente: a qualidade do vínculo laboral dos postos de trabalho criados (estímulo à não precariedade); a redução do desemprego do concelho; a criação efetiva de novos postos de trabalho (em detrimento de transferência de postos de trabalho); a criação de novos postos de trabalho jovem; a diversificação das atividades concelhias; a investigação, o desenvolvimento e o saber; a atração de empreendedores de outros concelhos e países; o aumento populacional do concelho. A par da redução de custos nas taxas, tarifas e infraestruturas; dos incentivos financeiros à criação de postos de trabalho de pessoas com formação avançada pós-graduada; da simplificação processual; da redução de prazos de resposta; do aumento da reatividade dos serviços do município; da qualidade de atendimento dos munícipes; o PIEE pretende estreitar a relação entre empreendedores e Câmara Municipal.

Dada a dinâmica dos empreendedores é de primordial importância que as respostas sejam imediatas. No PIEE a simulação de elegibilidade e quantificação de incentivos, não requer entrega de nenhum documento. A simulação, a submissão da candidatura e a entrega de



## **Programa de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo**

documentos pode ser feita pelos interessados, diretamente no sítio online da Câmara Municipal ou no Gabinete de Atendimento ao Múncipe (GAM).

Considerando a necessidade de incentivar o empreendedorismo e o emprego no Concelho da Marinha Grande, nomeadamente todo o que seja relevante para um desenvolvimento sustentado, assim como para a manutenção e criação de postos de trabalho, assentes na qualificação, na inovação e na tecnologia, pretende-se com este Programa definir medidas concretas de apoio e de incentivo ao empreendedorismo e ao emprego, fixando as regras para a respetiva atribuição.

Assim, ao abrigo da legislação em vigor, a Câmara Municipal da Marinha Grande aprova o presente Programa.

### **Artigo 1º Lei Habilitante**

O presente Programa é elaborado ao abrigo do estabelecido na alínea m), nº 2 do artigo 23º e na alínea ff), nº1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **Artigo 2º Objeto**

O presente Programa de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo, doravante designado por PIEE, define as formas e regras do apoio a conceder a iniciativas, para o emprego e empreendedorismo, de interesse municipal desenvolvidas no Concelho da Marinha Grande.

### **Artigo 3º Âmbito de aplicação**

- 1- São consideradas de interesse municipal, as iniciativas que visem a promoção e a realização de atividades de que resulte criação de emprego, diversificação, diferenciação e desenvolvimento sustentável do Concelho.
- 2- São suscetíveis de apoio iniciativas em todas as áreas e setores.
- 3- Podem ser promotores das atividades referidas no número anterior:
  - a. Pessoas coletivas sob qualquer forma;
  - b. Empresários em nome individual.



## **Programa de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo**

### **Artigo 4º**

#### **Formas de apoio**

- 1- Eficiência e eficácia do programa, com a criação da figura de “Gestor” do PIEE. Técnico municipal responsável pela divulgação, facilitação e acompanhamento do programa e dos processos.
- 2- Desburocratização e simplificação da tramitação processual, com minimização da documentação exigível e desmaterialização total do processo. A simulação da elegibilidade e quantificação do incentivo, submissão da candidatura e entrega de documentos é feito em tempo real no sítio online da Câmara Municipal ou no Gabinete de Apoio ao Município (GAM).
- 3- Celeridade de aprovação, com a deliberação a ser tomada na primeira reunião do executivo camarário dez dias úteis após a submissão da candidatura e documentação exigível.
- 4- Celeridade na apreciação de operações urbanísticas ou de licenciamento, com prazo máximo de cinco dias úteis, em cada uma das fases a que estão sujeitas.
- 5- Isenção, total ou parcial, de todas as taxas municipais associadas ao processo.
- 6- Isenção, total ou parcial, nos encargos relativos à execução dos ramais de água e de águas residuais em todas as operações associadas ao processo.
- 7- Atribuição de um subsídio, não reembolsável, a novas empresas startup de base tecnológica que emirjam de resultados científicos e tecnológicos das Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e Internacional (ESCTNI) - nomeadamente centros de ID, universidades e politécnicos - e com contratos de parceria entre o promotor e ESCTNI, pela criação efetiva de postos de trabalho para investigadores ou bolseiros de investigação oriundos de ESCTNI e contrato sem termo e a tempo inteiro após os primeiros seis meses de trabalho.
- 8- Isenção total de todas as taxas municipais associadas à habitação permanente de investigadores ou bolseiros de investigação, oriundos de ESCTNI, com residência fiscal e atividade no concelho.
- 9- Concessão de passe gratuito para os transportes públicos municipais (TUMG) aos investigadores ou bolseiros de investigação, oriundos de ESCTNI, com residência fiscal e atividade no concelho.

### **Artigo 5º**

#### **Condições gerais de acesso**

- 1- Podem candidatar-se aos incentivos previstos neste Programa pessoas coletivas ou empresários em nome individual legalmente constituídos e em atividade que, à data da apresentação da candidatura:
  - a. Tenham a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal;



## **Programa de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo**

- b. Tenham a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou ao Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal;
  - c. Tenham a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ou de qualquer outra natureza ao Município da Marinha Grande;
  - d. Não se encontrem em estado de insolvência, de liquidação ou de cessação de atividade, nem tenham o respetivo processo pendente;
  - e. Cumpram as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente em matéria de licenciamento;
  - f. Apresentem um projeto de investimento que contemple a criação efetiva de, no mínimo, 3 postos de trabalho.
- 2- Podem ainda candidatar-se aos incentivos previstos no presente Programa iniciativas apoiadas por outros sistemas de incentivo nacionais ou internacionais.
- 3- As iniciativas e projetos a candidatar têm de ser desenvolvidos no concelho da Marinha Grande.

### **Artigo 6º**

#### **Formalização do pedido de incentivo**

- 1- Os pedidos de incentivos deverão ser apresentados no sítio online da Câmara Municipal da Marinha Grande ou no Gabinete de Atendimento ao Munícipe, através de formulário digital, de acordo com modelo a aprovar pela Câmara Municipal, no qual o promotor declara o conhecimento e a aceitação dos termos deste Programa.
- 2- Os pedidos de incentivos podem ser formulados a todo o tempo.

### **Artigo 7º**

#### **Instrução e apreciação do pedido de incentivo**

A Câmara Municipal da Marinha Grande é a entidade responsável pela instrução e apreciação dos pedidos de incentivos. O Gestor do PIEE articulará a instrução do procedimento com os serviços municipais pertinentes.

### **Artigo 8º**

#### **Critérios de apreciação dos pedidos de incentivos**

Serão apreciados favoravelmente todos os pedidos de incentivos apresentados que reúnam as condições gerais de acesso, que se enquadrem no âmbito de aplicação e respeitem todas as demais condições exigidas no presente Programa.



## **Programa de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo**

### **Artigo 9º**

#### **Critérios dos incentivos**

- 1- A atribuição dos benefícios é efetuada em função de uma graduação do número de postos de trabalho efetivo a criar no concelho da Marinha Grande, dos fatores de discriminação positiva de interesse municipal e do potencial de diferenciação concelhio.
- 2- Consideram-se postos de trabalho efetivo a criar no concelho da Marinha Grande aqueles que resultem de:
  - a. Admissão de pessoas desempregadas;
  - b. Admissão de pessoas em situação de primeiro emprego;
  - c. Admissão de pessoas em situação de trabalho precário e residência fiscal no concelho. Entendendo-se por trabalho precário o que resulta de contratos de trabalho a termo certo, contratos de trabalho a tempo parcial ou situações de salários em atraso;
  - d. Admissão de pessoas que exerçam atividade em áreas geográficas exteriores ao concelho e que fixem residência fiscal no concelho.

### **Artigo 10º**

#### **Cálculo dos incentivos**

- 1- Cálculo da isenção percentual referida nos nº 5 e 6 do artigo 4º (taxas municipais e ramais). Tem como valor máximo 100%, a que corresponde a isenção total (PI).
  - a. Formula de cálculo:  $PI = (TE + (IN \times SU)) \times DP \times VL \times RP \times RT$  (%), se o valor calculado for superior a 100%, considera-se por defeito 100%.
  - b. Fator relativo ao número de postos de trabalho efetivo a criar (TE):
    - i. De 0 a 2 postos de trabalho efetivo – 0;
    - ii. De 3 a 10 postos de trabalho efetivo – 30;
    - iii. De 11 a 20 postos de trabalho efetivo – 50;
    - iv. De 21 a 40 postos de trabalho efetivo – 70;
    - v. Mais de 40 postos de trabalho efetivo – 80.
  - c. Fator relativo ao número de postos de trabalho efetivo a criar para investigadores ou bolseiros de investigação oriundos de ESCTNI e contrato sem termo e a tempo inteiro após os primeiros seis meses de trabalho (IN):
    - i. 0 Postos de trabalho efetivo – 0;
    - ii. De 1 a 2 postos de trabalho efetivo – 10;
    - iii. Mais de 2 postos de trabalho efetivo – 15;
  - d. Fator relativo à criação de empresas startup de base tecnológica que emirjam de resultados científicos e tecnológicos das ESCTNI e com contratos de parceria entre o promotor e ESCTNI (SU): 3.
  - e. Fator relativo à admissão de desempregados e primeiro emprego (DP):
    - i. Menos que 50% de desempregados e primeiro emprego – 0;
    - ii. Igual ou superior a 50% de desempregados e primeiro emprego – 1,1.
  - f. Fator relativo à qualidade do vínculo laboral após os primeiros seis meses de trabalho, de pelo menos 75% dos postos de trabalho criados (VL):



## **Programa de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo**

- i. Contrato a termo – 0;
    - ii. Contrato sem termo e a tempo inteiro – 1,1.
  - g. Fator relativo à residência fiscal da entidade promotora (RP):
    - i. Residência fiscal exterior ao concelho da Marinha Grande – 0;
    - ii. Residência fiscal no concelho da Marinha Grande – 1,2.
  - h. Fator relativo à residência fiscal de, pelo menos, 75% dos trabalhadores admitidos (RT):
    - i. Residência fiscal exterior ao concelho da Marinha Grande – 0;
    - ii. Residência fiscal no concelho da Marinha Grande – 1,2.
- 2- Cálculo do subsídio, não reembolsável, referido no nº 7 do artigo 4º (novas empresas startup de base tecnológica) (SI).
- a. Formula de cálculo:  $SI=5000 \times SN \times SP \times ST$  (Euros).
  - b. Fator relativo ao número de postos de trabalho efetivo criados (SN): Número de investigadores ou bolseiros de investigação oriundos de ESCTNI e contrato sem termo e a tempo inteiro após os primeiros seis meses de trabalho.
  - c. Fator relativo à residência fiscal da entidade promotora (SP):
    - i. Residência fiscal exterior ao concelho da Marinha Grande – 0;
    - ii. Residência fiscal no concelho da Marinha Grande – 1.
  - d. Fator relativo à residência fiscal dos trabalhadores admitidos (ST):
    - i. Residência fiscal exterior ao concelho da Marinha Grande – 0;
    - ii. Residência fiscal no concelho da Marinha Grande – 1.

### **Artigo 11º**

#### **Decisão**

- 1- A instrução do procedimento deverá estar concluída no prazo 5 dias úteis a contar da receção da candidatura e documentos exigíveis.
- 2- Finda a instrução e apreciado do pedido de incentivo, o gestor do PIEE elaborará a proposta de decisão acompanhada da respetiva minuta de contrato em caso de decisão favorável, para aprovação pela Câmara Municipal na primeira reunião do executivo a ocorrer dez dias úteis após receção da candidatura e documentos exigíveis.
- 3- A deliberação, devidamente fundamentada, deverá concretizar a forma, as modalidades e o valor dos incentivos a conceder devidamente quantificados, bem como definir todas as condicionantes, designadamente os prazos máximos de concretização dos respetivos investimentos e ainda as penalidades aplicáveis em caso de incumprimento.

### **Artigo 12º**

#### **Contrato**

- 1- Os incentivos a conceder serão formalizados por um Contrato, a celebrar entre o Município da Marinha Grande e o beneficiário do incentivo, no qual se consignarão os direitos e deveres das partes, os prazos de execução e implementação, as cláusulas penais e a quantificação do valor dos incentivos concedidos.



## **Programa de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo**

- 2- Os Contratos poderão ser objeto de modificações, mediante prévia deliberação da Câmara Municipal, sob proposta do beneficiário, e desde que o motivo e a natureza dessas modificações sejam devidamente fundamentados.
- 3- A aprovação da candidatura a incentivos caduca se, no prazo de 180 dias a contar da data da notificação da sua aprovação, não for outorgado o contrato.
- 4- No caso previsto no número anterior, a entidade beneficiária da concessão de incentivos só pode formular nova candidatura para o mesmo investimento decorrido o prazo de 1 ano.

### **Artigo 13º**

#### **Obrigações dos beneficiários dos incentivos**

- 1- Os beneficiários dos incentivos comprometem-se a:
  - a. Manter o empreendimento em causa no Concelho da Marinha Grande por um prazo não inferior a 3 anos;
  - b. Manter o número e tipo de contrato de postos de trabalho objeto do contrato, por um prazo não inferior a 3 anos;
  - c. Cumprir com os prazos de execução e implementação;
  - d. Cumprir com todas as disposições legais aplicáveis e com os exatos termos das licenças concedidas;
  - e. Fornecer à Câmara Municipal da Marinha Grande, anualmente:
    - i. Documentos comprovativos do cumprimento das obrigações fiscais;
    - ii. Documentos comprovativos do cumprimento das obrigações para com segurança social;
    - iii. Mapas de pessoal;
    - iv. Quaisquer outros documentos que justificadamente sejam solicitados.
  - f. Permitir à Câmara Municipal da Marinha Grande, o acesso aos locais de realização do investimento apoiado, por si ou através dos seus representantes legais ou institucionais;
- 2- O prazo a que se refere as alíneas a) e b) do número 1 deste artigo, conta-se a partir da data da celebração do Contrato.
- 3- O beneficiário obriga-se a não requerer, em circunstância alguma, o incentivo previsto no presente Programa para a substituição de postos de trabalho extintos nos três anos anteriores à apresentação do pedido de incentivo.
- 4- A posterior transmissão a terceiro e, a qualquer título, do estabelecimento ou empresa objeto do incentivo implica a assunção, pelo terceiro, de todos os direitos e deveres resultantes do presente Programa, sob pena de devolução dos incentivos recebidos.
- 5- A falta de assunção, como previsto no número anterior, implica a devolução dos incentivos recebidos.
- 6- Sempre que se verifique a saída de um ou mais trabalhadores cujos postos de trabalho tenham sido objeto do incentivo, estes deverão ser substituídos por trabalhadores que reúnam os requisitos previstos, sob pena de devolução do correspondente incentivo já recebido por cada um dos trabalhadores.



## **Programa de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo**

- 7- As substituições mencionadas no número anterior deverão ocorrer e ser comunicadas no prazo máximo de 30 dias a contar da vacatura dos postos de trabalho.
- 8- Sem prejuízo do disposto nas alíneas e) e f) do número 1 do presente artigo, os beneficiários dos incentivos comprometem-se a fornecer à Câmara Municipal da Marinha Grande, sempre que solicitado e no prazo de 10 dias a contar da recepção do pedido, os documentos e as informações necessárias ao acompanhamento, controlo e fiscalização do Contrato.

### **Artigo 14º Pagamento do incentivo**

- 1- O pagamento do subsídio, não reembolsável, referido no nº 7 do artigo 4º (novas empresas startup de base tecnológica) será pago em duas tranches:
  - a. 50% Trinta dias após a assinatura do contrato e com a entrega dos documentos exigíveis;
  - b. 50% Seis meses após a assinatura do contrato e com a entrega dos documentos exigíveis;
- 2- Os pagamentos ficam condicionados a entrega dos seguintes documentos:
  - a. Referidos no Artigo 5º, nº1, alíneas a) a d);
  - b. Cópia autenticada dos contratos de trabalho objeto do subsídio.
  - c. Mapa de pessoal;
- 3- Os pagamentos ficam condicionados a entrega das garantias exigíveis.

### **Artigo 15º Garantias exigíveis ao beneficiário**

Deverá ser apresentado comprovativo da prestação de garantia, de valor igual ao incentivo atribuído (isenção de taxas e subsídios); acrescido de 10%, pelo período de trinta e seis meses, sob a forma de depósito caução, garantia bancária "on first demand" ou seguro, que garanta o reembolso do incentivo ao Município em caso de incumprimento.

### **Artigo 16º Penalidades**

- 1- O incumprimento das obrigações estipuladas no contrato implicará a resolução do mesmo e a aplicação das penalidades aí previstas.
- 2- As penalidades deverão ser proporcionais e no mínimo iguais ao apoio concedido pelo Município e quantificado no contrato, implicando a sua devolução, acrescida de juros à taxa legal, contados a partir da celebração do respetivo contrato.
- 3- A resolução do contrato deverá ser sempre previamente notificada à parte interessada.
- 4- Compete à Câmara Municipal da Marinha Grande, acompanhar a execução do contrato, bem como, em caso de verificar alguma situação de incumprimento, deliberar sobre a resolução do mesmo e a aplicação de penalidades.



## **Programa de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo**

### **Artigo 17º**

#### **Dúvidas e omissões**

Quaisquer omissões ou dúvidas relativas à interpretação e aplicação do presente programa serão resolvidas pela Câmara Municipal da Marinha Grande, com observância da legislação em vigor.

### **Artigo 18º**

#### **Entrada em vigor**

O presente Programa entrará em vigor no dia imediatamente seguinte ao da deliberação pela Câmara Municipal da Marinha Grande.





Ex.mo. Sr.  
Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande

<b>PROPOSTA_272/2017</b>	Marinha Grande 26 Janeiro 2017	09:30	Agenda n.º 02
Assunto: Proposta de alteração do PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE: 2016, que deverá chamar-se "Programa de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo no Concelho da Marinha Grande", a integrar a ordem de trabalho da reunião 02, de 26 de Janeiro de 2017			

Todos reconhecemos a maior importância à política municipal de apoio ao investimento às actividades que se revestem de especial interesse económico e social, na minha perspectiva, aquelas que integram uma natureza industrial, comercial, serviços ou outra de especial relevância.

Desde 2013, a Câmara tem implementado um programa de apoio ao investimento, que no âmbito deste programa ou do RMEU, faz todo o sentido. No entanto, cingiu-se apenas à actividade industrial.

Se o objectivo deste programa é o de:

- a. intervir adoptando medidas que facilitem e promovam o investimento privado;
- b. incentivar os empreendedores a investirem no concelho da Marinha Grande;
- c. criar postos de trabalho.

então fica claro que existem empreendedores, investimento privado e necessidade de criação de emprego em todos os domínios da actividade económica e portanto o programa deve ser mais abrangente, não se reduzindo apenas a apoios a um dos domínios da actividade, o industrial. Todos os membros do executivo concordam e por isso há que fazer as alterações adequadas.

Considera o programa vigente que os benefícios a conceder aos/as beneficiários/as são:

1. a redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas em função do número de postos de trabalho criados;
2. estabelecer um prazo reduzido para apreciação e decisão de todas as operações urbanísticas que visem a concretização de investimentos de desenvolvimento económico;





3. assumir os encargos com a execução dos ramais domiciliários de água e águas residuais.

O enquadramento deste programa tem a ver com o propósito de facilitar o desenvolvimento económico, com a construção de operações urbanísticas que possam ser reconhecidos como de especial interesse social e económico municipal. Assim, e tendo em conta:

- i. as considerações que os vereadores têm colocado sobre este programa;
- ii. o vínculo laboral;
- iii. a sediação das empresas no concelho;
- iv. que estamos em fase de revisão do RMEU que deverá ter em consideração estas situações;
- v. que o período de vida deste programa é bastante curto;
- vi. o histórico do programa, com 88 postos de trabalho criados, num benefício de € 146.461,28, obtendo portanto € 1.664,33 por cada posto de trabalho criado (ver anexo);
- vii. ouvir as associações mais representativas do concelho (Cefamol e ACIMG);
- viii. discutir com os técnicos desta área,

Propomos que:

1. Sejam apoiadas todos/as os/as que pretendem desenvolver actividades que cumpram os requisitos estabelecidos, a graduação estabelecida e que se revistam de especial interesse municipal.
2. Propomos que o programa passe a designar-se "Programa de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo no Concelho da Marinha Grande".
3. Que o programa passe a ter a redacção do documento em anexo.
4. Que a proposta seja aprovada em reunião dos órgãos executivo e deliberativo do Município e produza efeitos o mais rápido possível.

Marinha Grande, 23 de Janeiro de 2017

Os Vereadores

Alexandra Dengucho

Antonio Santos

Aurélio Ferreira

Vitor Pereira





## Anexo

### PROGRAMA DE APOIO AO EMPREGO E EMPREENDEDORISMO NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

#### Marinha Grande – Concelho económico: uma marca de referência

A afirmação da Marinha Grande como um concelho economicamente desenvolvido que constitui uma referência nacional e internacional impõe que o Município acompanhe esse impulso e contribua de forma efetiva para que a actividade económica beneficie das melhores condições para investir e se desenvolver.

O papel das autarquias locais é hoje não apenas o da satisfação de um conjunto de necessidades essenciais das populações, mas também o de agregador e facilitador do desenvolvimento económico, em especial nas áreas que constituem os polos fundamentais da economia local.

O Município da Marinha Grande afirma-se, dessa forma, como um parceiro ativo na criação de condições para a realização de investimentos privados, com repercussão direta no desenvolvimento económico e social do concelho.

O Município da Marinha Grande não pode substituir-se aos investidores privados, mas pode e deve funcionar como um parceiro que propulsiona investimentos com mensurabilidade em sede de criação de postos de trabalho.

Não se pretende, por escapar ao âmbito de intervenção municipal, suprir todas as dificuldades existentes, essa responsabilidade cabe ao Governo, designadamente criando condições para a obtenção de financiamento por parte das empresas e condições de natureza estrutural, do ponto de vista legal e fiscal, que favoreçam o investimento produtivo.





O programa de apoio ao investimento económico visa, no âmbito das atribuições municipais, incentivar os empreendedores a investirem no concelho da Marinha Grande e simultaneamente a criarem emprego.

Num período em que é expectável um acréscimo de procedimentos de controlo prévio de operações urbanísticas, cumulado com a realização de novos investimentos produtivos, não pode esta autarquia deixar de se associar, no quadro das suas atribuições, ao esforço privado que a todos beneficia.

Nestes termos, é prioritária a criação de um programa de apoio ao investimento económico no concelho da Marinha Grande, que conceda aos beneficiários a redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas.

A redução ou isenção de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas dirige-se aos investimentos de reconhecido interesse social e económico municipal e é graduada em função do número de postos de trabalho a criar.

Na mesma linha, estabelece-se um prazo reduzido para apreciação e decisão de todas as operações urbanísticas que visem a concretização de investimentos de natureza económica. A Câmara Municipal assume, ainda, os encargos com a execução dos ramais domiciliários de água e águas residuais.

## **1. Isenção ou redução de taxas pela realização de operações urbanísticas**

### **Enquadramento da isenção ou redução de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas**

O artigo 119.º, n.º 3, alíneas f) e g), do Regulamento municipal da edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, concede à Câmara Municipal a competência para deliberar sobre a isenção ou a redução até 50 % das taxas pela realização de operações urbanísticas a indústrias e armazéns que venham a ser reconhecidos como de especial interesse social e económico, a unidades hoteleiras ou outras de interesse turístico assim reconhecidas, bem como as que a Câmara Municipal considerar enquadráveis no âmbito deste programa.





O momento atual de relançamento da economia, apesar das ameaças e riscos que ainda existem no horizonte, impõe que o Município da Marinha Grande adote políticas de apoio ao investimento que favoreçam a sua concretização rápida e sustentada em parâmetros de natureza social, designadamente a criação de postos de trabalho.

O contributo municipal para a realização de investimentos privados criadores de emprego constitui uma opção de inequívoco interesse social e económico, na medida em que de forma simultânea se assegura a criação de valor económico e se criam oportunidades de desenvolvimento profissional que sustentam uma comunidade.

Os contributos para a criação de emprego, seja ao nível de pessoal altamente especializado, seja ao nível de trabalhadores indiferenciados revelam-se imprescindíveis à criação e manutenção de uma sociedade justa e solidária, o que corresponde a um interesse social relevante e essencial.

Adequam-se claramente aos conceitos previstos naquela norma regulamentar a criação de benefícios, com carácter temporário, que visam fomentar, na medida do possível, a criação de emprego e o desenvolvimento económico, assim como a instalação de novas unidades.

Os apoios a conceder serão exclusivamente para entidades que desenvolvam a sua atividade económica no concelho com sede fiscal no concelho da Marinha Grande e que se revistam de especial interesse social e económico;

## **Termos**

A isenção ou redução de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas dirige-se à instalação, remodelação ou ampliação de unidades económicas que se revistam de especial interesse social e económico.

O especial interesse social e económico das unidades económicas é mensurado directamente através da criação de postos de trabalho e indirectamente em função do valor global do investimento.





A atribuição dos benefícios é efetuado em função de uma graduação do número de postos de trabalho com caracter permanente, a criar no concelho da Marinha Grande.

Consideram-se ainda postos de trabalho a criar no concelho da Marinha Grande aqueles que resultem da transferência de actividades de outras áreas territoriais.

A graduação é a seguinte:

De 3 a 10 postos de trabalho: 50 % de redução
De 11 a 15 postos de trabalho: 75 % de redução
Mais de 15 postos de trabalho: Isenção total

Em qualquer caso, os/as beneficiários/as gozam de isenção da taxa devida por ocupação de espaço público, durante o período estritamente necessário à execução das operações urbanísticas.

## 2. Prazos de decisão

Os processos que tenham por objecto operações urbanísticas destinadas à instalação ou ampliação de unidades económicas devem ser apreciados no prazo máximo de 8 dias, em cada uma das fases a que estão sujeitos.

No prazo indicado não se considera o período de tempo necessário à apresentação de elementos em falta.

## 3. Encargos com ramais domiciliários

Os promotores de investimentos abrangidos pelo presente programa não suportam os encargos relativos à execução dos ramais domiciliários de água e de águas residuais.

## 4. Condicionalidade

